

**FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A - FUCAPE MA**

**LEILA MARIA DOS PASSOS RIBEIRO MELO**

**FATORES INFLUENTES DA TRANSPARÊNCIA FISCAL DOS  
MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM TEMPOS DE PANDEMIA.**

**SÃO LUÍS-MA  
2022**

**LEILA MARIA DOS PASSOS RIBEIRO MELO**

**FATORES INFLUENTES DA TRANSPARÊNCIA FISCAL DOS  
MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM TEMPOS DE PANDEMIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Acadêmico.

Orientador: Diego Rodrigues Boente

**SÃO LUÍS-MA  
2022**

**LEILA MARIA DOS PASSOS RIBEIRO MELO**

**FATORES INFLUENTES DA TRANSPARÊNCIA FISCAL DOS  
MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM TEMPOS DE PANDEMIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração.

Aprovada em 17 de maio de 2022.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr.: DIEGO RODRIGUES BOENTE**  
**Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino**

---

**Prof. Dr.: JOÃO EUDES BEZERRA FILHO**  
**Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino**

---

**Prof. Dra. LIDIANE DE NAZARÉ DA SILVA DIAS**  
**Universidade Federal do Pará**

## AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me concedido a vida, a saúde e dias melhores.

Ao meu pai, *in memoriam*, por ter me apresentado desde cedo valores indispensáveis para que minha trajetória em todos os aspectos não fosse tortuosa.

A Lorena e Luana, pela compreensão, apoio, risadas e alento durante todo o período de aulas, escritas, ansiedade, medo e às vezes cansaço.

À Ana Lígia, pelas conversas contábeis, estímulos, calma, serenidade, que me tranquilizaram durante a realização desse mestrado, sua parceria será sempre lembrada.

Aos professores e colegas, que mesmo diante das dificuldades que nos foram apresentadas em 2020, compartilharam o conhecimento sempre com ânimo e fé.

Ao Professor Dr. Diego e membros da banca de qualificação, pelo apoio e orientações que foram fundamentais para o prosseguimento desta pesquisa.

“Viver é acalentar sonhos e esperanças,  
fazendo da fé a nossa inspiração maior. É  
buscar nas pequenas coisas um grande motivo  
para ser feliz!”

(Mário Quintana)

## RESUMO

Períodos de crise são favoráveis à manipulação de informações por políticos devido alterações das condições econômicas, fiscais e política de governos. Esta pesquisa de abordagem descritiva e corte transversal objetivou medir, com apoio da teoria da agência e do modelo agente político, os fatores que influenciaram a transparência fiscal das despesas emergenciais com a pandemia em 177 *websites* de municípios brasileiros. Como *proxy* utilizou o índice de transparência Ativa Covid (ITAC), baseado na metodologia Transparência Internacional Brasil (TIBR), e dois modelos de regressão múltipla em Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para medir os efeitos de indicadores socioeconômicos, fiscais e da competição política na transparência ativa. Os resultados mostraram que, de uma forma geral, o ITAC foi regular, sendo melhor nas capitais brasileiras e, que o aumento na transparência se deu em razão de melhores condições fiscais e maior fragmentação de poder, corroborando com a teoria da agência. Entretanto, a diminuição da divulgação ocorreu devido às despesas com saúde e óbitos acumulados. As contribuições buscaram avançar com as discussões no âmbito de uma crise sanitária, e incentivar maiores investimentos nas plataformas *online* de governos locais em prol do monitoramento por diversos *stakeholders*.

**Palavras-chave:** Transparência Ativa; Indicadores socioeconômicos; Indicadores Fiscais; Competição Política; Governos Locais.

## ABSTRACT

Periods of crisis are favorable for manipulation of information by politicians due to changing economic, fiscal, and political conditions of governments. This cross-sectional descriptive research aimed to measure, with the support of the agency theory and the political agent model, the factors that influenced the fiscal transparency of emergency expenditures with the pandemic in 177 websites of Brazilian municipalities. As a proxy it used the Covid Active Transparency Index (ITAC), based on the Transparency International Brazil (TIBR) methodology, and two Ordinary Least Squares (OLS) multiple regression models to measure the effects of socioeconomic, fiscal, and political competition indicators on active transparency. The results showed that, in general, ITAC was regular, being better in Brazilian capital cities, and that the increase in transparency was due to better fiscal conditions and greater fragmentation of power. However, the decrease in disclosure occurred due to healthcare expenses and accrued deaths. It also confirmed the positive effects of political competition, fiscal autonomy, and investments on transparency, corroborating the agency theory. The contributions seek to advance discussions within the framework of a health crisis, and to encourage greater investment in local governments' online platforms for monitoring diverse *stakeholders*.

**Keywords:** Fiscal Transparency; Active Transparency; Indicators; Socioeconomic Aspects; Fiscal Aspects; Political Competition; Social Control.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>12</b>
2.1 CONCEITOS DE TRANSPARÊNCIA FISCAL.....	12
2.2 BASE TEÓRICA .....	14
2.3 REGULAMENTOS E INDICADORES DE TRANSPARÊNCIA FISCAL.....	17
2.4 FATORES QUE INFLUENCIAM A TRANSPARÊNCIA FISCAL.....	20
<b>2.4.1 Produto Interno Bruto e Número de óbitos</b> .....	<b>20</b>
<b>2.4.2 Endividamento e Despesas com Saúde</b> .....	<b>21</b>
<b>2.4.3 Autonomia Fiscal e Investimentos</b> .....	<b>24</b>
<b>2.4.4 Competição e Fragmentação Políticas</b> .....	<b>26</b>
<b>3. METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>30</b>
3.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA .....	30
3.2 BASE DE DADOS.....	32
<b>3.2.1 Índice de Transparência Ativa Covid – ITAC</b> .....	<b>32</b>
<b>3.2.2 Variáveis Explicativas e de Controle</b> .....	<b>33</b>
3.3 TÉCNICA APLICADA E MODELOS ECONOMETRÍCOS .....	34
3.4 TRATAMENTOS E TESTES INICIAIS.....	35
<b>4. ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>37</b>
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA .....	37
4.2 MATRIZ DE CORRELAÇÃO E TESTES .....	39
4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	41
<b>5. DISCUSSÕES</b> .....	<b>44</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>50</b>
<b>ANEXO A: METODOLOGIA TIBR</b> .....	<b>55</b>
<b>APÊNDICE A: VARIÁVEIS UTILIZADAS NA PESQUISA</b> .....	<b>58</b>
<b>APÊNDICE B: INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS</b> .....	<b>60</b>

## Capítulo 1

### 1. INTRODUÇÃO

Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2020), a pandemia do SARS-COV-2 gerou um cenário global de muita insegurança social, fiscal e política. Além de danos à saúde, com o aumento de óbitos e vulnerabilidade social, houve piora do endividamento e baixa arrecadação, com a redução das atividades e isolamento social (Botelho et al., 2020).

Diante deste cenário, uma das medidas adotadas pelo governo federal foi o envio transferências para suprir a queda da arrecadação de entes públicos (Gracia et al., 2021; Brasil, 2021), posto à responsabilidade fiscal e federativa de entes públicos (Oates, 1972). Nesse âmbito, houve necessidade de monitorar a aplicação de recursos da saúde, tendo sido criada a Lei n. 13.979 (2020), que estabeleceu dentre várias medidas, a da divulgação *online* de gastos com a saúde em *websites* públicos.

Como atividade essencial da transparência, confirmada pela academia, o monitoramento de despesas orçamentária pode ser executado por diversos *stakeholders* para comprovar a efetividade de políticas e planos de governos (Grimmelikhuijsen & Meijer, 2014; Meijer 2015; Tejedo-Romero & Araujo, 2020).

Para isso, requisitos de divulgação precisam ser atendidos (Head, 2012), uma vez que informações sobre a tomada de decisões podem ser disponibilizadas pelos governos de forma voluntária ou, mediante manifestação de cidadãos (Baldissera et al., 2020; Cruz et al., 2012; Sol, 2013; Zuccolotto & Teixeira, 2014).

Entretanto, mesmo que atendidos requisitos de divulgação, barreiras podem dificultar o monitoramento por *stakeholders* ligadas à compreensão de dados fiscais e

os conflitos de agência devido manipulação de informações por agentes políticos, ambos, atrapalham a evolução da transparência e efetividade de políticas públicas (Head, 2012) e, conseqüentemente, trazem prejuízos à responsabilidade democrática de governos (Zuccolotto & Teixeira, 2014).

Durante crises conflitos de agência são mais favoráveis entre políticos e eleitores, as condições socioeconômicas, fiscais e políticas de governos locais são substancialmente alteradas (Arapis & Reitano, 2018; Wehner & de Renzio, 2013). Políticos são levados a esconderem o seu real desempenho, omitindo o correto nível da despesa, por exemplo, dos seus concorrentes e eleitores (Alt et al., 2006; Chen & Han, 2019; Fung, 2013; Montes et al., 2019; Sol, 2013).

Segundo a OCDE (2020), a piora nas condições fiscais, devido à baixa arrecadação durante a pandemia, trouxe sérios impactos à autonomia fiscal de entes públicos. Diante de condições fiscais ruins, esforços para a transparência fiscal podem ser se reduzir em virtude de interesses políticos, sendo oportuno evidenciar avanços na divulgação em períodos de dificuldades, sobretudo em países em desenvolvimento (Arapis & Reitano, 2018; Tejero-Romero & Araújo, 2018).

Baldissera et al. (2020) e Tejero-Romero e Araujo (2020) argumentam ainda, que governos com condições fiscais favoráveis e alta competição política em razão da alta fragmentação de poder, induzem à melhoria da divulgação. Políticos sentem-se estimulados a divulgar aos concorrentes e eleitores bons desempenhos da sua gestão fiscal (Cicatiello Simone &, Gaeta, 2017; Citro Cuadrado-Ballesteros &, Bisogno, 2021).

Nesse contexto, alta competição política pela maior fragmentação de poder atuarão positivamente na divulgação sob a justificativa de que políticos (agentes) utilizam eleitores (principais) para monitorar o desempenho de seus adversários

(Arapis & Reitano, 2018; Balaguer-Coll & Brun-Martos, 2021; Chen & Han, 2019; Tejero-Romero & Araújo, 2018). A teoria modelo agente-político (Ferejohn, 1999) vem sendo utilizada para explicar tal comportamento.

Diante disso, tornou-se inquietante saber: que fatores afetaram a transparência ativa das despesas emergenciais com a saúde no período da pandemia? Para responder à questão, esta pesquisa objetivou medir a influência de fatores socioeconômicos, fiscais e da competição política na transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia em municípios brasileiros.

Com a *proxy* índice de transparência ativa Covid – ITAC, criada segundo metodologia da organização Transparência Internacional Brasil (TIBR) e Lei 13.979 (2020), mediu-se a divulgação fiscal das despesas emergenciais nos *websites* de municípios de grande porte. Em seguida, aferiu-se o impacto de efeitos socioeconômicos, fiscais e da competição política nessa divulgação utilizando dois modelos empíricos em Mínimos Quadrados Ordinários e dados *cross-section*.

O uso de indicadores tem sido bem aceito em pesquisas para aferir a divulgação devido facilitarem a compreensão de diferentes realidades locais (Arapis & Reitano, 2018; Caamaño-Alegre et al., 2013; Chen & Han, 2019; Cruz et al, 2012; Manes Rossi, Brusca & Aversano, 2018; Zuccolotto & Teixeira, 2017). Além disso, informações voluntárias são oportunas, em razão da maior quantidade em plataformas *online*, sobretudo de maiores governos (Baldissera et al., 2020; Cruz et al., 2012; Zuccolotto & Teixeira, 2017; Zuccolotto & Teixeira, 2014).

Os resultados encontrados nesta pesquisa confirmaram, com base na teoria do principal-agente e modelo do agente político, que a melhoria da transparência é influenciada por melhores condições econômico-fiscais locais e maior fragmentação

de poder, mesmo diante de recessões. Entretanto, a sua piora, num cenário de crise, foi influenciado pelo aumento das despesas com a saúde.

As contribuições se voltam ao avanço das discussões sobre o que tem mais afetado a transparência em cenário de crises (Alt et al, 2006; Arapis & Reitano, 2018; Tejero-Romero & Tejedro-Romero & Araujo, 2020). De forma prática, pretende: (a) incentivar o controle social, com maior investimento público em plataformas *online*, para monitoramento pelos *stakeholders* da aplicação de recursos, principalmente em regiões com menores condições fiscais (b) melhoria da gestão da informação fiscal, considerando déficits de transparência em localidades mais desenvolvidas.

Suas limitações se devem ao fato de ser um estudo de corte transversal, cuja base de dados é relativa ao ano de 2020, apenas; da instabilidade de indicadores de transparência, que sofrem mudanças no decorrer do tempo, e ainda, da subjetividade da metodologia utilizada para a construção do indicador ITAC.

No tocante à organização, as seções estão dispostas da seguinte forma: na seção 1 se inicia a introdução onde se discorreu de forma rápida sobre a temática da pesquisa e as razões para realização; em seguida, o item 2, apresentou-se o referencial teórico utilizado como base desta pesquisa; o item 3, a metodologia de pesquisa e métodos empregados; o item 4, os resultados da análise descritiva e empírica encontrados; o item 5, as discussões, levando-se em conta o suporte teórico; e, por fim, o item 6 são expostas as considerações finais.

## Capítulo 2

### 2. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 2.1 CONCEITOS DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

No âmbito fiscal, transparência se refere à abertura ou acesso de dados à sociedade de planos, estruturas, contas, projeções e políticas públicas de governos, para avaliação de suas intenções, muitas vezes escondidas por trás da tomada de decisões e das políticas fiscais (Alt & Lassen, 2006), que sofrem influências política, midiática, de grupos externos, das reais intenções de políticos ou gestores e repercutem na eficiência organizacional (Grimmelikhuijsen & Welch, 2012).

Em sua essência, transparência pode ser entendida como atividade de monitoramento, necessária à boa governança e ofertada pelos agentes aos *stakeholders* para que possam avaliar o desempenho da sua gestão, estando sob efeito das relações institucionais entre governo e *stakeholders*, da eficiência e da eficácia das trocas de informações entre ambos (Meijer 2013;2015).

Para além das relações institucionais, seu objetivo se traduz na garantia do acesso democrático às informações pela sociedade e importante para a consolidação da democracia (Zuccolotto & Teixeira, 2014; Fung, 2013), mesmo que a simples disponibilização em plataformas não se demonstre capaz de resolver problemas ligados à responsabilização de entes públicos (Raupp & Pinho, 2016). Conforme pontuou Head (2012), a produção e a disponibilização de informações fiscais não é o bastante para considerá-la eficiente, havendo dificuldades a serem ultrapassadas ligadas à compreensão e uso de indevido das informações.

Segundo o autor, não seria importante o quanto de transparência dispor, mas como seus mecanismos seriam estruturados para atender aos objetivos das políticas públicas a fim de romper com inúmeras barreiras ligadas à compreensão e utilização das informações por parte dos usuários, que facilitariam a manipulação política em detrimento de conflitos de interesses que dificultam a evolução da transparência.

A compreensão das informações, segundo Caamaño-Alegre *et al.* (2013), está além da definição dada à transparência orçamentária pela OCDE no código de melhores práticas (2001, p. 7) “a divulgação completa de todas as informações fiscais relevantes de maneira oportuna e sistemática”. Não obstante, entendeu ser necessário que usuários compreendessem, de fato, o seu real significado (Caamaño-Alegre *et al.*, 2013; Cruz *et al.*, 2012; Head, 2006).

Nesse sentido, novos significados surgiram como o que classificou a transparência, quanto à iniciativa, em ativa ou voluntária e, passiva, esta última sujeita à manifestação do cidadão. Zuccolotto, Antônio, Teixeira e Riccio (2015) define transparência ativa uma modalidade de acesso à informação pelos diversos *stakeholders* resultante da disponibilização periódica e sistemática de dados por agentes públicos em plataformas públicas *online*.

Portanto, a divulgação ativa presume que agentes políticos divulguem voluntariamente suas operações, procedimentos e processos relacionados à tomada de decisão orçamentária, em plataformas digitais, para facilitar o monitoramento e a compreensão da sociedade (Alt *et al.*, 2006; Meijer, 2013; Caamaño-Alegre *et al.*, 2013; OCDE, 2002; Raupp & Pinho, 2016; Zuccolotto & Teixeira, 2014; Zuccolotto *et al.*, 2015).

No Brasil, a transparência ativa se encontra presente, ainda, em regulamentos legais, como por exemplo, no princípio da publicidade dos atos de gestão segundo o

art. 37 da constituição federal (1988). No plano orçamentário, é um dos requisitos de responsabilidade fiscal constante da lei transparência fiscal nº 131 (2009) e fortemente consolidada na Lei de Acesso à Informação (LAI) (2011).

No âmbito regulamentar que instituiu a crise sanitária da COVID 19 e, encontra-se prevista no § 2º do art. 4º da lei nº 13.979 (2020), que torna obrigatória a transparência das despesas emergenciais de entes públicos de compras não licitadas, uma vez que estabeleceu que as mesmas deveriam ser divulgadas em tempo real em plataformas *online* em obediência à LAI.

Assim, do ponto de vista regulamentar brasileiro, o que se percebe é a constante preocupação de legisladores em manter a divulgação e disponibilização de dados à sociedade. Nesse sentido, a Lei n. 13.979 (2020) veio reforçar esse entendimento ao estabelecer, dentre as várias medidas emergenciais ao enfrentamento da crise por organizações políticas, àquela que assegura a divulgação voluntária para cumprimento da responsabilidade fiscal e democrática.

## 2.2 BASE TEÓRICA

De acordo com a teoria do principal-agente, custos relativos às despesas com monitoramento, ligações entre agentes e perdas residuais foram assumidos pelo principal para que agentes públicos pudessem agir em seu nome com objetivo de reduzir conflitos de interesse (Jensen & Meckling, 1976). Segundo Fung (2013), custos com monitoramento de plataformas eletrônicas são realizados a fim de melhorar a confiança da sociedade nos políticos que a representa.

No entanto, Head (2012) destacou que problemas de agência em diferentes organizações, incluindo as governamentais, se devem não apenas à falta de

informação, principal causa de conflitos e assimetrias, mas também às barreiras da falta de conhecimento do usuário e também da manipulação de dados por parte de políticos, que não se resolvem com a simples disponibilização de informações orçamentárias em plataformas.

De certo, há um número relevante de estudos que têm utilizado a teoria do principal-agente, e ainda, o modelo de agência política (Ferejohn, 1999), esta última, com o pressuposto de que cidadãos (principais) autorizam políticos eleitos (os agentes) a agirem em seu nome em busca dos seus melhores interesses. Tais teorias são empregadas na tentativa de analisar e explicar interferências de fatores socioeconômicos, fiscais e políticos na transparência orçamentária.

Alt et al. (2006), Fung (2013) e Wehner e de Renzio (2013), considerando o modelo da teoria do Principal-Agente, dizem que a transparência reduz assimetrias entre eleitores e políticos, atuando na redução da dívida, dos ciclos políticos e na reputação de município. Não dispor dessas informações pode comprometer a democracia de um país e ameaçar a confiança dos eleitores (Zuccolotto & Teixeira, 2015)

Nesse sentido, Head (2012) argumenta que eleitores tendem a responsabilizar titulares atuais por escolhas feitas em períodos anteriores, baseado num ambiente competitivo em que monitoram ações dos seus concorrentes interferindo na oferta de informações e na manipulação de dados fiscais.

Corroborando com Wehner e de Renzio (2013), Arapis e Reitano (2018) dizem que óbices relacionados à seleção adversa e risco moral entre principal-agente podem explicar desequilíbrios fiscais sob a forma de déficits ou superávits e contribuir para a melhoria da transparência e diminuição da corrupção (Sol, 2013). Ambas as situações estão presentes em cenários de crises e recessões econômicas.

Conforme destacam Arapis e Reitano (2018) e Tejero-Romero e Araújo (2018), em virtude de conflitos de interesse e assimetrias informacionais no campo político, as condições socioeconômicas, financeiro-orçamentárias e político-eleitorais podem afetar a divulgação, inclusive com maior influência de fatores políticos durante crises.

Com foco na redução da assimetria informacional, Chen e Han (2019) com base no modelo do agente político investigaram a transparência de governos estaduais por meio de plataformas *online*. Seus resultados confirmaram que fatores políticos apresentaram grande influência na forma com que governos construíram a transparência fiscal em suas plataformas e que, dependendo do cenário político, isto poderia refletir no acesso aos dados fiscais de entes públicos.

A transparência fiscal, sob o viés da teoria da agência, foi recentemente estudada em 95 países por Citro, Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021), que concluíram ser ela capaz de reduzir as chances de políticos terem vantagens sobre informações orçamentárias (Jensen & Meckling, 1976). A redução dos custos de agência implicava que cidadãos teriam maior oportunidade de pressionar políticos para divulgarem mais informações a fim de monitorá-los, avaliar seus desempenhos, e reduzir a assimetria informacional (Zimmermann, 1977).

Para além dos aspectos políticos, Baldissera *et al.* (2020) disseram que fatores de natureza socioeconômica também são influenciados pelos custos de agência e sujeitos aos conflitos de interesses entre políticos e cidadãos reduzindo ou aumentando a divulgação. Concluíram que tais fatores foram mais impactantes em municípios mais populosos e com melhores condições socioeconômicas, tal como Cruz *et al* (2012) e Vieira e Ávila (2020).

Argumentando, Citro *et al.* (2021) questionaram ainda, que o desempenho da divulgação pode ter influência dos períodos eleitorais, devido ao movimento oportunista de políticos frente aos seus adversários em razão dos seus interesses.

Nesse âmbito, a crise sanitária mundial da pandemia Covid-19, iniciada em 2020, e a mudança política em razão das eleições municipais brasileiras, parece ser um ambiente favorável para se verificar efeitos socioeconômicos, fiscais e políticos na transparência fiscal de entes municipais, isto porque este foi um ano de baixo crescimento econômico (PIB), aumento da dívida pública, isto é, com impactos fiscais e sociais. (<https://www.oecd.org/economy/retrato-economico-do-brasil/>).

Além disso, em razão do federalismo fiscal (Oates, 1972) ao qual estão submetidos entes municipais, torna-se importante conhecer os efeitos na divulgação, visto a responsabilidade que detêm sobre a gestão do seu orçamento. Segundo O'Malley, Rainford e Thompson (2009), uma crise de saúde pública, como de uma pandemia, é um cenário propício para se verificar a responsabilidade de entes quanto à divulgação de suas informações.

### 2.3 REGULAMENTOS E INDICADORES DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

No Brasil, a condução e o avanço da transparência pública têm sido possível graças a importantes mecanismos legais, primordiais para cumprimento da sua obrigatoriedade por entes subnacionais.

Como mencionado anteriormente, as Leis de Responsabilidade e Transparência Fiscal (2009) e a Lei de Acesso à Informação (LAI) trouxeram esse dever subsidiadas na política de dados abertos brasileira. Apesar de ambos os regulamentos estabelecerem o direito de informação à sociedade, tendo por base

princípios da administração pública, eles por si só, não são garantia de que não haverá conflitos de interesses provocados por agentes políticos.

Isto se aplica à lei criada para transparência das despesas emergenciais durante a pandemia do COVID-19. Apesar de a Lei n. 13.979 (2020), sancionada em 06 de fevereiro de 2020, estabelecer critérios para a divulgação ativa e em tempo real das despesas emergenciais com suporte no art. 4º, alguns entes subnacionais por razões diversas podem ocultar no todo ou em parte algumas informações.

Sobre o ambiente regulatório da transparência no Brasil, Oates (1972) confirmou sua importância e convergência com o orçamento dos entes subnacionais, este um instrumento pelo qual executam políticas de forma descentralizada. Nesse sentido, o monitoramento da divulgação de informações fiscais torna-se indispensável, e os indicadores uma das formas que *stakeholders* utilizam para verificar a efetividade de políticas públicas.

Segundo Caamaño-Alegre et al. (2013), indicadores ajudam na compreensão de realidades locais, mesmo que isoladamente e, comumente a academia os têm utilizado com base em normativos legais e códigos de boas e melhores práticas de transparência orçamentária, como os da OCDE (2001), do Fundo Monetário Internacional (FMI), e de relatórios do Banco de Desenvolvimento Mundial (Arapis & Reitano, 2018; Caamaño-Alegre et al., 2013; Chen & Han, 2019; Cruz et al, 2012; Manes Rossi, Brusca & Aversano, 2018; Zuccolotto & Teixeira, 2017).

Dada a sua utilidade na aferição de déficits e disparidades na divulgação fiscal entre estados e municípios brasileiros, algumas pesquisas nacionais também têm medido os efeitos de aspectos socioeconômicos, fiscais e políticos na divulgação com uso de indicadores (Cruz et al, 2012; Vieira & Ávila, 2020; Zuccolotto & Teixeira, 2014; Zuccolotto & Teixeira, 2017).

No âmbito internacional se verificou, baseado em indicadores, que a divulgação de orçamentos, em cenários de crise era influenciada pelas condições políticas, fiscais e socioeconômicas de países e maiores governos locais, sobretudo em decorrência de mudanças de ciclos eleitorais (Alt *et.al*, 2006; Arapis & Reitano, 2018; Tejero-Romero & Araújo, 2018).

Com a crise da Covid-19, houve necessidade de regulamentar a transparência das despesas emergenciais no Brasil, o que implicou no estabelecimento de elementos mínimos para divulgação de despesas públicas emergenciais com a saúde. A Lei 13.979 (2020), ao estabelecer requisitos obrigatórios para divulgação das despesas nos portais públicos de entes subnacionais, em tempo real, o fez com o propósito de incentivar a participação e monitoramento da aplicação destes recursos pela sociedade em geral.

A partir desses requisitos, a organização não governamental denominada Transparência Internacional Brasil (TIBR), em parceria com instituições internacionais (<https://transparenciainternacional.org.br/ranking/>), elaborou uma ferramenta de controle social denominada *ranking* de transparência Covid para mensurar o nível da divulgação em estados, capitais e governo federal, analisando inicialmente 53 portais públicos, excluindo-se dessa análise demais municípios da federação.

Com base nas competências, sistema fiscal e divisão territorial típicas do federalismo fiscal do qual governos locais fazem parte (Oates, 1972; Souza, 2005), houve necessidade de se verificar a interferência de aspectos ligados à responsabilidade fiscal, democrática e política durante a pandemia. O desempenho da gestão de políticas públicas e da transparência fiscal podem ser facilmente aferidos em localidades mais desenvolvidas (Baldissera *et al.*, 2020; Cruz *et al.*, 2012; Botelho *et al.*, 2021; Zuccolotto & Teixeira, 2014).

## 2.4 FATORES QUE INFLUENCIAM A TRANSPARÊNCIA FISCAL

### 2.4.1 Produto Interno Bruto e Número de óbitos

A forte redução da atividade econômica no Brasil e na América Latina (OCDE, 2020), que levou ao isolamento, diminuição do consumo de bens e serviços e, conseqüentemente, da arrecadação tributária, foram ingredientes-chave para a recessão provocada pela a crise do Sars-CoV-2 em 2020. Segundo a OCDE, os fortes impactos sociais, econômicos e fiscais, de imediato e longo prazos, foram ainda mais visíveis em países já vulneráveis.

Uma das causas da pandemia foi, primeiramente, o aumento do número de óbitos, depois, a redução das atividades pelo isolamento social. Segundo Botelho *et al.* (2021), a queda das atividades e do PIB também reduziu o acesso aos serviços de saúde aumentando as desigualdades sociais, impactando sobretudo na capacidade de entes municipais adotarem medidas de enfrentamento a partir de uma estrutura hospitalar de atendimento adequada.

Gracia *et al.* (2021) mencionou que diante do total de óbitos do Brasil, onde 40% deles ocorreram entre março de 2020 e março de 2021, foi necessária a adoção de medidas fiscais e parafiscais, incluindo políticas de crédito do Tesouro nacional, que foram necessárias ao enfrentamento da crise diante do aumento das fragilidades sociais e fiscais. Nesse cenário, houve comprometimento do PIB da ordem de 17.2% com tais medidas, e queda em 2020 de 4,1%, apontada como recessão técnica.

Segundo pesquisa de Arapis e Reitano (2018) as recessões não afetam a transparência, inclusive, há uma valorização da mesma. Analisaram desequilíbrios fiscais medindo sua interferência durante crises na divulgação em 59 países. Com base nos dados do relatório do Banco Mundial, concluíram haver influência moderada

de recessões e desequilíbrios no aumento da divulgação, em consonância com a teoria da agência, situação anteriormente confirmada por Alt *et al.* (2006).

De acordo com Tejero-Romero e Araújo (2018), uma explicação possível em cenário de crises é que cidadãos, diante da escassez de recursos e da falta de confiança, pressionam mais os entes municipais quando a tomada de decisões se relaciona com o uso de recursos públicos. A redução da assimetria se dá em razão de maior controle das atividades municipais (Sol, 2013; Caamaño-Alegre *et al.*, 2013).

Embora já comprovado o efeito do PIB na divulgação (Araujo dan Tejedoromero, 2016; Cruz *et al.*, 2012; Söthe *et al.*, 2020; Zuccolotto & Teixeira, 2014), a crise do Sars-CoV-2 impactou na atividade econômica devido adoção de medidas de isolamento, aumento da vulnerabilidade social e do número de óbitos que, segundo Söthe *et al.* (2020), influenciariam na queda do PIB e aumento da divulgação. Diante disso, torna-se relevante confirmar as seguintes hipóteses.

**H1a:** PIB se relaciona positiva e significativa com a transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia.

**H1b:** Nº de Óbitos se relaciona negativa e significativa com a transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia (variável de controle).

#### **2.4.2 Endividamento e Despesas com Saúde**

Alt, Lassen e Rose (2006) e Alt e Lassen (2006) afirmam que o aumento do endividamento público diminui a transparência fiscal e tal efeito se dá em razão da extensão de ciclos eleitorais. Acreditavam que a melhoria da divulgação parecia estar ligada às condições fiscais passadas, vindas de desequilíbrios orçamentários em momentos de crises, argumentando que déficits e superávits tenderiam a aumentar a

transparência ao longo do tempo, e que políticos se valendo disso justificariam os desequilíbrios fiscais em momentos de crise e, no caso de superávits, o bom desempenho fiscal da sua gestão.

De igual forma, Montes, Bastos e Oliveira (2019), concluíram que o aumento na divulgação ocorria pela diminuição das dívidas, independentemente se países desenvolvidos ou não, repercutindo na melhoria dos níveis de transparência, responsabilidade, eficiência e eficácia dos governos, mesmo em cenários de baixo crescimento econômico.

Embora Sol (2013), Caamaño-Alegre et al. (2013), Araújo e Tejero-Romero (2016) e Benito e Batista (2009) não evidenciem efeitos do endividamento na transparência, apontaram que os custos de financiamento de entes públicos diminuía com a maior divulgação das obrigações financeiras aos *stakeholders*, entretanto, o aumento das despesas de pessoal e encargos financeiros estimulavam gestores a esconderem seus altos custos (Caamaño-Alegre et al., 2013).

Em pesquisas mais recentes, como as de Balaguer-Coll e Brun-Martos (2021) e Araújo e Tejero-Romero (2020) prevaleceu a ideia de que o aumento dos gastos públicos melhorava a divulgação, especialmente em maiores governos com chances de reeleição, não sendo interesse para partidos da situação ocultarem dívidas.

Afirmaram os autores supra, que tanto partidos políticos quanto cidadãos tinham interesses em obter mais informações diante do aumento das receitas e dívidas de maiores governos, tal qual Araújo e Tejero-Romero (2020), que indicaram que quanto maior fosse a relação dívida e renda maior seria a pressão de cidadãos, e mais transparentes e confiáveis se tornariam os governos.

Entretanto, Chen e Han (2019) argumentaram que políticos teriam incentivos para esconder dos eleitores e concorrentes a dívida alta e a situação fiscal ruim e por isso reduziram a divulgação, entretanto, melhores condições fiscais e baixo endividamento cooperavam com a transparência fiscal, sendo importante investir na melhoria das plataformas *online* para monitoramento, pelos cidadãos, da responsabilidade fiscal e redução da influência política de governos nas plataformas.

Sabe-se que um dos efeitos da pandemia COVID-19, segundo a OCDE (2020), foi a piora do nível do endividamento afetado inicialmente pela redução das atividades e, depois, pelo aumento das despesas públicas, especialmente com a saúde.

Países mais dependentes financeiramente e mais vulneráveis teriam de recorrer a empréstimos a juros mais altos para financiar suas despesas, aumentando ainda mais o endividamento, havendo necessidade de divulgar e implementar políticas para diminuir efeitos negativos da crise (Bisogno & Cuadrado-Ballesteros (2021).

No caso dos municípios brasileiros, os gastos com saúde sofreram acréscimo em 19% com a crise, sem contar com o aumento das demais despesas (Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional, 2021). Neste cenário, Söthe et al. (2020) mencionaram preocupação de governos mais desenvolvidos com a divulgação de informações fiscais da pandemia em suas plataformas e com melhor detalhamento. Baseado nas discussões, foram elaboradas as hipóteses:

**H2a:** Endividamento se relaciona negativa e significativa com a transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia.

**H2b:** Despesa com saúde se relaciona negativa e significativa com a transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia.

### 2.4.3 Autonomia Fiscal e Investimentos

Alguns estudos tem considerado que maiores investimentos contribuem para o aumento da divulgação municipal, sendo uma forma que políticos encontram para afirmar suas ações, especialmente, em maiores governos locais (Araújo & Tejero-Romero, 2016; Balaguer-Coll & Brun-Martos, 2021; Baldissera *et al.*, 2020).

No entanto, Araújo e Tejero-Romero (2016) disseram que os investimentos, encontrados sobretudo em municípios maiores, estavam alinhados à capacidade que tais entes possuíam de gerar e obter mais recursos, sendo esta decisiva e superior à pressão por mais informações por parte dos cidadãos. Nessas localidades, portanto, prevaleceriam maiores investimentos devido à melhor situação financeira, capaz de impactar na oferta de maior transparência sob essas condições.

Segundo Brocco (2018) as condições fiscais podem proporcionar uma melhor estrutura de saúde, e juntas podem promover a melhoria da divulgação. Apontou que esta temática acaba sendo preocupação de gestões mais desenvolvidas e com maiores recursos fiscais, que visam investir na divulgação de suas ações, em consonância com Tavares e Cruz (2020), para atender a prestação de contas.

Sendo assim, a capacidade e condições fiscais mais fortes que segundo Chen e Han (2019) possuíam estados mais fortes em arrecadação e gestão fiscal, os levavam a obter os melhores investimentos em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), permitindo adquirir equipamentos e mão de obra qualificada e, com isso, melhores recursos para a oferta de transparência fiscal em seus *websites*.

De igual forma, Cruz *et al.* (2012) e Baldissera *et al.* (2020) confirmaram que no Brasil, fatores relacionados às boas condições financeiras também contribuíam para o aumento da transparência fiscal. Segundo eles, haveria maior pressão da

população por informações fiscais, principalmente em municípios com melhores condições de arrecadação e autonomia fiscal.

Essa pressão por mais informações, segundo argumentam Balaguer-Coll e Brun-Martos (2021), resultam do aumento da arrecadação ou disponibilidade de recursos que induz à uma maior disseminação de informações financeiras por parte dos gestores locais, e isso gera pressões de grupos rivais, como políticos e cidadãos, que desejam monitorar como os serviços públicos são financiados.

A autonomia fiscal de entes subnacionais, segundo o Tesouro Nacional (Brasil, 2021), é um importante indicador que mede a arrecadação própria em função da receita total (corrente e de capital), capaz de verificar o grau de independência de entes públicos em relação às transferências da União, Estados e entidades privadas.

Durante crises, Tejero-Romero e Araújo (2018) apontaram que há piora do desempenho fiscal em razão da falta de recursos, não se obtendo incentivos à transparência nestes períodos. Nesse aspecto, o baixo desempenho pode levar também ao rebaixamento de investimentos na infraestrutura de municípios. Concluíram que em decorrência disso, investimentos não afetariam a transparência.

Com o agravamento da pandemia no Brasil houve redução da arrecadação tributária, no entanto, recursos foram transferidos aos entes subnacionais por força do pacto federativo, a fim de cobrir o aumento das despesas com saúde, inclusive investimentos. Diante disso, elaborou-se a seguinte hipótese:

**H3a:** Autonomia Financeira se relaciona positiva e significativa com a transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia.

**H3b:** Investimentos se relacionam positiva e significativa com a transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia.

#### 2.4.4 Competição e Fragmentação Políticas

Alt e Lassen (2006) e Araujo Dan Tejedo-Romero (2016) definiram competição política como a menor diferença de votos entre dois partidos, e Chen e Han (2019) como poder compartilhado entre representantes políticos. Citro et al. (2021) entendem como o nível de participação total de votos obtidos por todos os partidos do governo na legislatura e argumentam que a fragmentação e força políticas são espécies de competição, que podem influenciar na redução da transparência.

Por outro lado, Arapis e Reitano (2018) disseram ser a competição a proporção de assentos conquistados no parlamento pelo partido da situação, em consonância com Wehner e de Renzio (2013). Estes, por sinal, mediram a competição em sistemas partidários por meio da fragmentação de assentos e escala *Herfindahlee*, segundo a metodologia de Laakso e Taagepera (1976), obtendo resultados consistentes de que a alta fragmentação partidária provocava aumento na divulgação orçamentária.

Com base na teoria da agência, Arapis e Reitano (2018) argumentam que ao serem eleitos agentes políticos estarão propensos a aumentar seus esforços rumo à divulgação, para que eleitores monitorem as ações dos seus opositores, e nessa mesma linha, Citro et al. (2021) complementam dizendo que a possibilidade disso ocorrer aumenta ainda mais em períodos anteriores às eleições, para que políticos possam mostrar ao eleitorado os bons desempenhos da gestão orçamentária.

Nesse contexto, a informação orçamentária é considerada um mecanismo importante pois é através dela que a sociedade monitora o desempenho ou eficácia da gestão no decorrer de mandatos políticos, inclusive no cenário de crises (Tejedo-Romero & Araújo, 2018). Além disso, *stakeholders* visando monitorar cada vez mais esses agentes, podem aumentar a pressão por mais informações, reduzindo as

vantagens que políticos poderiam ter sobre as mesmas, reduzindo as chances de assimetrias e conflitos de agência (Jensen e Meckling, 1976; Zimmerman, 1977).

Entretanto, Cicatiello *et al.* (2017) apontaram num estudo sobre os determinantes da transparência fiscal, que a fragmentação poderia ocasionar déficit informacional, sobretudo quando o parlamento estivesse sob o controle de um único governo, de um partido de situação, ou segundo Tejedo-Romero e Araújo (2020) governado por coalizões.

Nesse aspecto, a alta concentração de poder, de acordo com Citro *et al.* (2021), é um dos motivos da piora dos níveis de transparência orçamentária, sendo fator pelos quais coligações partidárias são prejudiciais à divulgação (Caamaño-Alegre *et al.*, 2013). No Brasil não é diferente, uma vez que coligações já foram utilizadas como moeda de troca (Zuccolotto & Teixeira, 2014).

Com base na teoria da agência, Tejedo-Romero e Araújo (2020) compreenderam que um governo de maioria divulgará menos informação para se eximir de futuros acordos, ao que Baldissera *et al.* (2020) identificou como benefícios da competição, que podem interferir na mudança de posição do gestor frente aos adversários políticos especialmente na presença de fatores fiscais.

Assim, a competição política ao ser abordada sob o viés da concentração ou fragmentação de poder dos sistemas político e eleitoral adotados em diferentes países, considera que fatores fiscais e orçamentários podem ser utilizados para comprovar efeitos na transparência de governos locais (Cicatiello, Simone, & Gaeta, 2017; Citro, Cuadrado-Ballesteros, & Bisogno, 2021).

Nesse bojo, embora Tavares e Cruz (2020) e Tejedo-Romero e Araújo (2018; 2020) não tenham verificado efeitos significativos da competição e ideologia políticas,

tornou-se importante trazer ao repertório alguns estudos que confirmaram a interferência na transparência ativa.

Chen e Han (2019), por exemplo, apontaram que fatores políticos poderiam influenciar na melhoria da divulgação junto de aspectos fiscais, e indo mais além, Balaguer-Coll e Brun-Martos (2021) disseram haver uma sobreposição das variáveis fiscais, como investimento e nível das dívidas às socioeconômicas, que na presença de fatores políticos pareciam ter maior poder explicativo sobre os fortes incentivos que governos teriam para divulgar mais as informações fiscais.

Balaguer-Coll e Brun-Martos (2021) reconheceram que a força política causava maior pressão por informações sendo o nível da divulgação financeira mais relacionado à competição do que com os governantes, ideologia política ou troca de governo. Nesse aspecto, compreenderam que maior fragmentação de poder relacionado às boas condições fiscais influenciava positivamente na transparência.

Diante de uma crise global, como da pandemia, Moon (2020) considerou que políticos, por imposição legal, são levados a serem mais transparentes e responsáveis com a gestão orçamentária, como forma de garantir o envolvimento das partes interessadas. Nesse aspecto, Tejero-Romero e Araujo (2020) e Rios et al. (2016) argumentaram sobre a importância da criação de leis no aumento da transparência, diante de incertezas e da alta competição de partidos.

Segundo os autores, os mecanismos legais servem para monitorar novos partidos no exercício de novos mandatos, caso estes venham perder as eleições. Assim, a forte oposição e a alta fragmentação do poder tornam-se mecanismos impulsionadores do controle social capazes de transformar o comportamento de políticos no poder.

A lei n. 13.979/2020, que regula no art. 4º a transparência dos gastos emergenciais, é um importante instrumento criado para monitorar além dos gastos com a saúde, o comportamento de políticos eleitos na execução do orçamento com a pandemia. Como mencionou Cicatiello et al. (2017), instituições legislativas realizarão a supervisão dos orçamentos e, dependendo do controle que detém sobre o parlamento, aumentarão ou não os esforços para a divulgação de informações em prol de reeleições. Com o aumento da competição, a assimetria tende a reduzir.

Nesse aspecto, em razão da crise e de 2020 ter sido, ao mesmo tempo, ano de eleições municipais, argumenta-se que políticos tenham movimentado maiores esforços em direção à divulgação de forma oportunista, para garantir apoio de seu eleitorado quanto ao desempenho de sua gestão neste período (Citro et al., 2021).

Com base no controle que o legislativo municipal buscou efetuar sobre a execução do orçamento das despesas emergenciais de entes municipais, por meio do regulamento legal, e para além disso, consoante a competição e fragmentação de poder existentes decorrentes das eleições, elaborou-se a seguinte hipótese:

**H4:** Competição política se relacionam positiva e significativa com a transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia.

## Capítulo 3

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

É uma pesquisa descritiva de abordagem quantitativa, que a partir do corte transversal, de dados secundários de 2020, buscou mensurar, comparar e descrever o comportamento e as características de determinados conjuntos populacionais homogêneos, aqui considerados municípios de grande porte (Hair, 2005). Para isso, fundamentou-se nas boas condições fiscais que apresentam para divulgar voluntariamente informações fiscais em *websites* (Baldissera *et al.*, 2020; Cruz *et al.*, 2012; Sol, 2013; Vieira & Ávila, 2020).

Esta pesquisa fundamentou-se ainda no empirismo positivista, uma vez que teve por objetivo testar e comprovar hipóteses e a relação estatística de variáveis numéricas a partir de aspectos teóricos da academia (Creswell, 2010).

#### 3.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA

Inicialmente se considerou a população de 5.570 municípios (IBGE, 2020) estimada em 2020. Entretanto, foram excluídos desta população a capital federal e o Território de Fernando de Noronha, por não possuírem dados fiscais divulgados na base Sinconf/Finbra, do Tesouro Nacional, condizentes com tal categoria.

Deste contingente, por conveniência e com base nos estudos já realizados nesta faixa populacional, selecionaram-se municípios da categoria de grande porte. A população total dessa faixa representa 56,98% do total estimado em 2020. Logo, para o cálculo amostral se considerou 325 municípios, excluindo-se a capital federal

Brasília, que não possuía características semelhantes, em consonância com Hair (2005), isto é, seus dados fiscais para a base selecionada não eram equivalentes.

A este conjunto populacional, aplicou-se o teorema do limite central, conforme Virgillito (2017), para o cálculo amostral da população finita de 325 municípios, a fim de obter a sua proporcionalidade com base na fórmula a seguir:

$$n = \frac{N.Z^2.p.(1-p)}{Z^2.p.(1-p)+e^2.(N-1)} \quad (1)$$

Onde,  $n$  representa o tamanho da amostra a ser obtido,  $N$  é a população (325),  $Z$  a distribuição normal padronizada ao nível de confiança de 95% (1,94),  $p.(1-p)$  que representa a probabilidade multiplicada pela complementar (50%) e,  $e$  o erro amostral de 5%.

**TABELA 1: POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS E CÁLCULO AMOSTRAL**

Porte	Faixa de Habitantes	Nº municípios	Exclusão	Substituição
Pequeno	Até 50.000	4.893		
Médio	De 50.001 a 100.000	351		
Grande	Acima de 100.001	326	1	
<b>Total</b>		<b>5.570</b>		
População para Cálculo Amostral		325		
Amostra inicial		174,57	5	5
Amostra final		<b>177</b>		
Período da Coleta	20/07 a 15/09/2021			

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do IBGE.

Obeve-se, com a aplicação da fórmula, o tamanho mínimo amostral de 174,57 municípios, com intervalo de confiança de 95%. Optou-se por utilizar 177 municípios mais populosos da faixa de grande porte, devido os dados fiscais estarem disponíveis, inclusive suas informações fiscais (Hair, Babin, Money, & Samouel, 2005).

Contudo, durante os trabalhos de coleta, cinco municípios foram excluídos por *missing values*, isto é, em virtude de dados incompletos, como fiscais ou políticos ou

decorrentes da própria divulgação das despesas Covid em *websites*. De todo modo, não houve prejuízo à amostra em virtude da substituição por outros com as mesmas características, e com população imediatamente inferior.

## 3.2 BASE DE DADOS

### 3.2.1 Índice de Transparência Ativa Covid – ITAC

Para a coleta da variável dependente, Índice de Transparência Ativa Covid (ITAC), procedeu-se ao levantamento de informações constantes em 177 *websites* dos municípios brasileiros, via *Google*® ([www.google.com](http://www.google.com)), de cada prefeitura municipal entre 20 de julho a 15 de setembro de 2021.

Foi utilizada como base a metodologia da organização Transparência Internacional Brasil (TIBR) (Brasil, 2020), por ela ter avaliado em 2020 o nível da divulgação das despesas emergenciais do orçamento com a saúde em 26 portais do estado, 26 capitais, o Distrito e Governo Federal, com base na Lei n.13.979 (2020), orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), e lei de acesso à informação (LAI).

**TABELA 2: METODOLOGIA DA TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL - TIBR**

Dimensão de Análise	Categoria da informação	Peso	Nº Itens	Máximo	Valor
Contratações emergenciais	Informações essenciais	4	06	24	1 ou 0
	Informações desejáveis	2	09	18	1 ou 0
	Formato e Acessibilidade	4	05	20	1 ou 0
Legislação	Específica	2	01	02	1 ou 0
	Divulgação		01	02	1 ou 0
	Repositório		01	02	1 ou 0
	Controle		01	02	1 ou 0
	Informações aos gestores		01	02	1 ou 0
Doações	Recebimento	2	01	02	1 ou 0
	Informações		01	02	1 ou 0
	Destinação		01	02	1 ou 0
Medidas	Estímulo econômico	2	02	04	1 ou 0
	Proteção social		02	04	1 ou 0
Controle Social	Destaque para o portal	-	05	05	1 ou 0
	Ouvidoria	-	04	04	1 ou 0
	Transparência passiva*	-	04	04	1 ou 0
	Órgão Coletivo	-	01	01	1 ou 0
Máximo de Itens/pontos sem transparência passiva			46	100	

Fonte: Adaptada a partir de Transparência Internacional Brasil [TIBR] (Brasil, 2020)

\*Nota: itens de transparência passiva que não foram considerados por não serem objeto deste estudo.

A análise realizada por essa ONG, em 2020, se concentrou na existência ou não de 42 itens de transparência ativa e 4 itens de transparência passiva para aferir a divulgação de despesas emergenciais em *websites* de estados e capitais brasileiras.

A metodologia empregada considerou a aplicação de pesos às dimensões para análises dos portais, e embora tais critérios sejam subjetivos, a mesma os estabeleceu considerando a relevância da informação.

Por conseguinte, a TIBR ainda considerou as seguintes escalas de pontuação como resultante da análise dos portais:

“Péssimo”, de 0 a 19; “ruim”, de 20 a 39 pontos; “regular”, de 40 a 59 pontos; “bom”, de 60 a 79 pontos; e “ótimo” de 80 a 100 pontos.

$$ITAC = \left( \frac{\sum \text{Item} \times \text{Peso}}{\sum \text{máximo}} \right) \times 100 \quad (2)$$

Considerando que esta pesquisa analisou os fatores da transparência ativa, apenas, a máxima pontuação considerada foi de 96 pontos, correspondente a 42 de itens, ao que foi aplicado os pesos atribuídos pela ONG Transparência Internacional Brasil, constantes do anexo A conforme tabela 2, acima.

### 3.2.2 Variáveis Explicativas e de Controle

Os dados fiscais foram obtidos no Sistema de Informações Contábeis e fiscais do Setor Público Brasileiro (Sinconf) dos relatórios de gestão fiscal (RGF), relatórios resumidos de execução orçamentária (RREO) e declarações anuais, sendo a escolha de indicadores obtida do Boletim de Finanças dos entes Subnacionais, divulgado pela STN (Brasil, 2016), conforme Apêndice A.

Os eleitorais, do Tribunal Superior eleitoral (TSE), a partir das estatísticas dos resultados de 2020 de prefeitos e vereadores para cada município, com base na

formula do cálculo da fragmentação partidária de Laakso e Taagepera (1976), que tem o seguinte cálculo:

$$F = 1 - \sum_{i=1}^n p_i^2 \quad (3)$$

Onde,  $p_i$  é a razão do somatório de todos os votos ao quadrado de cada partido.

Dados do produto interno bruto, PIB, foram coletados do IBGE e considerou sua estimação de 2018, sendo aplicado índice de preço do consumidor amplo (IPCA-IBGE) 2019-2020, de 8,33% para adequá-lo à temporariedade das demais variáveis (Apêndice B).

Por fim, o nº de óbitos acumulados, foi obtido do portal Covid-19 do Ministério da Saúde, com base no quantitativo acumulado até o final de 2020.

A forma de operacionalização das variáveis *dummies* consideraram, para o caso de candidato a prefeito reconduzido ou reeleito (1 ou 0), *d\_Reeleição*, os dados do portal do Tribunal Superior eleitoral, anos de 2018 e 2020. Para o *d\_Capital* (1) ou (0) caso contrário e das regiões brasileiras, 4 *dummies*, sendo o efeito da região centro-oeste transferido para o coeficiente das constantes dos modelos econométricos.

### 3.3 TÉCNICA APLICADA E MODELOS ECONOMÉTRICOS

Para atender ao objetivo da pesquisa se estimou dois modelos de regressão linear múltipla pelo método Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), com padrão de erros robustos. Para tanto, os dados secundários foram organizados previamente em painel *cross section* e importados do *MS Excel*® para o software *Stata*®.

Antes da definição dos modelos, aplicou-se a técnica *stepwise* (Doane & Seward, 2014), para adequação ao objetivo da pesquisa. Assim, receitas tributárias,

nº de respiradores, desemprego e nº de casos acumulados foram expurgados, porque apresentaram problemas de baixa ou alta correlação com PIB e nº de óbitos.

Em seguida, dois modelos foram utilizados separadamente, para comprovar a influência de fatores socioeconômicos e despesas com saúde (M1), e de fatores fiscais e competição política (M2) na transparência das despesas de 177 *websites*.

$$ITAC_{i,t} = \beta_0 + \beta_1(LnPIB)_{it} + \beta_2(LnEND)_{it} + \beta_3(DSAU)_{it} + \sum \text{CONTROLES}_{kit} + \varepsilon_{i,t} \quad (\text{M1})$$

$$ITAC_{i,t} = \beta_0 + \beta_1(AUTF)_{it} + \beta_2(INV)_{it} + \beta_3(CP)_{it} + \sum \text{Controles}_{kit} + \varepsilon_{i,t} \quad (\text{M2})$$

Onde, *i* representa o município da amostra;

- *k* o nº de dummies,
- $\varepsilon$  o erro do modelo;
- $\beta_0$  a constante e,
- $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \dots$  os interceptos das variáveis independentes.

**TABELA 3: LEGENDA DAS VARIÁVEIS DO MODELO**

Proxies	Descrição
ITAC	Índice de Transparência Ativa Covid
LnPIB	Logaritmo do PIB Bruto
LnEND	Logaritmo do Endividamento
DSAU	Despesas com saúde
INV	Investimento
AUTF	Autonomia Fiscal
CP	Competição Política
Variáveis de Controle	Região: d_NO; d_NE; d_SE; d_SUL Política: d_Reeleição Capital: d_Capital; LnÓbitos: Log do nº de óbitos

Fonte: Elaborada pela autora

### 3.4 TRATAMENTOS E TESTES INICIAIS

Antes da análise descritiva, procedimentos foram realizados para verificar a variabilidade e normalidade dos dados. Ressalta-se que variáveis dependente e explicativas não logaritimizadas, seus valores estão em percentuais.

Inicialmente, PIB, nº de óbitos (OBT) e endividamento foram logaritimizadas e, em seguida, aplicou-se *winsorização* a 0.025, em cada cauda, para tratamento e diminuição dos *outliers* decorrente da variabilidade estatística (Doane & Seward, 2014), incluindo as despesas com saúde, investimento e competição política (CP). Ao ser verificada a permanência de valores extremos, por meio da análise gráfica *box plot*, optou-se por manter a *winsorização* a 0.025.

A análise gráfica foi utilizada também para verificação da normalidade dos dados, com uso de histogramas e *Normal Quantile plot*, conjugados com a aplicação de teste de curtose *sktest* para todas as variáveis, inclusive os resíduos (erros) dos estimadores. Constatou-se não normalidade para as variáveis LnOBT\_w e LnEND\_w, tendo sido transformadas ao padrão normal para correção de problemas de correlação entre PIB e óbitos e de heterocedasticidade pela não constância de estimadores.

Assim, foram geradas novas variáveis, LnOBT\_n, e LnEND\_n. Quanto aos demais testes, estes foram aplicados durante a análise de correlação, anterior a estimação dos modelos e visaram aferir problemas que poderiam causar vieses entre variáveis devido à quebra das hipóteses para multicolinearidade, homocedasticidade e heterocedasticidade, que poderiam comprometer a aferição dos modelos, em consonância com Doane e Seward (2014), Gujarati (2011) e Hair (2005).

## Capítulo 4

### 4. ANÁLISE DOS DADOS

A análise compreendeu a estatística descritiva e o modelo de regressão das variáveis para os dois modelos propostos. Inicialmente buscou-se descrever os efeitos no índice de transparência ativa Covid provocado pelas diferenças de médias entre as regiões e no âmbito da recondução de mandatos.

#### 4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

TABELA 4: PAINEL A

Variáveis	Obs.	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	P25	P50	P75
ITAC	177	45.610	21.677	4.166	93.750	34.375	45.833	58.333
LnPIB_w	177	16.332	.900	14.534	18.259	15.726	16.285	16.898
LnOBT_n	177	.1750	.0248	.1240	.2302	.1586	.1765	.1883
LnEND_n	177	10.322	4.7518	.5859	20.922	7.133	10.410	13.176
DSAU_w	177	28.919	6.796	15.850	43.298	24.239	28.229	33.868
INV_w	177	8.116	4.252	1.878	19.665	4.924	7.430	10.627
AUTF	177	34.400	11.548	3.938	66.122	26.036	33.360	42.222
CP_w	177	91.999	2.139	86.877	95.138	90.821	92.346	93.728

Fonte: Elaborado pela autora. Variáveis dependente, explicativas e de controle.

**Nota:** A tabela apresenta a estatística descritiva da amostra de municípios; o número de observações (**Obs**) de 2020. Para as variáveis dependente e preditoras: **o ITAC** se refere ao Índice de Transparência Ativa Covid; **LnPIB** se refere ao logaritmo do Produto Interno Bruto estimado; **LnOBT\_n** ao Logaritmo do nº óbitos acumulados (normalizado); **LnEND\_n** logaritmo do endividamento (normalizado); **DSAU**, despesa com saúde; **INV** se refere ao investimento; **AUTF** se refere à autonomia fiscal; e **CP** se refere à competição política nas eleições para vereadores em 2020.

TABELA 5: PAINEL B

Categóricas	Obs.	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	P25	P50	P75
Centro-Oeste	13	51.122	21.201	12.500	92.708	40.625	51.042	64.583
d_Nordeste	35	41.845	24.171	4.167	90.625	19.792	38.542	55.208
d_Norte	11	65.909	18.941	39.583	92.708	51.041	58.333	83.333
d_Sudeste	89	43.539	20.647	4.167	93.750	32.292	45.833	55.208
d_Sul	29	46.336	19.385	6.250	80.208	36.458	45.833	59.375
d_Capital (0)	151	40.349	18.209	4.167	93.750	29.167	40.625	54.167
d_Capital (1)	26	76.161	13.445	50.000	92.708	66.667	79.167	89.583
d_Reeleição (0)	94	46.022	23.101	4.167	93.750	31.250	45.833	58.333
d_Reeleição (1)	83	45.143	20.073	4.167	92.708	34.375	45.833	55.208

Fonte: Elaborado pela autora. Variáveis Categóricas Regionais e eleitoral.

Em análise ao painel A se observou que a média 45,61 % do ITAC corresponde às maiores variações de transparência ativa dos governos locais. De acordo com os critérios adotados pela Transparência Brasil Internacional, o desempenho médio da transparência dos gastos divulgados foi regular, na faixa de 40 a 59 pontos.

No âmbito regional, nota-se pelo Painel B (tabela 6), que as maiores médias se concentram na região norte e capitais, 65.91% e 76.16%, sugerindo a princípio, que estejam ligadas às condições econômico-fiscais dessas localidades, dado que a maioria dos municípios selecionados da região norte são capitais (Cruz *et al.*, 2012; Baldissera *et al.*, 2020).

**TABELA 6: MÉDIA POR REGIÃO E CAPITAIS**

Variáveis/ Regiões	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Capitais
ITAC	51.122	46.336	43.540	65.909	41.845	76.162
LnPIB	16.092	16.456	16.443	16.267	16.055	17.335
LnÓbitos	.1723	.1819	.1763	.1659	.1702	.14129
LnEndividamento	9.346	10.477	10.359	9.498	10.718	11.543
Despesas Saúde	28.639	27.585	29.092	24.350	31.122	27.880
Investimento	9.109	7.662	7.696	11.411	8.156	8.643
Autonomia Fiscal	33.788	40.541	36.758	23.293	27.031	40.039
Competição Política	91.919	91.458	92.149	93.397	91.655	93.898
<b>Observações</b>	13	29	89	11	35	26

Fonte: Elaborado pela autora.

As médias apresentadas na Tabela 7, sugerem que as regiões Norte e Centro-Oeste possuem melhores índices de divulgação, 65.91 % e 51.12 %, respectivamente, enquanto nordeste a pior, com 41.85 %. Sudeste e Sul, têm médias de divulgação bem semelhantes e regulares, 43.56% e 46.33%, que não condizem com a autonomia fiscal (40.54% e 36.78%) e nível de investimentos em relação às demais, inclusive autonomia superior às capitais.

No tocante ao endividamento, Norte e Centro-oeste com os menores níveis e maior divulgação, enquanto o Nordeste, a situação foi contrária. Entretanto a região norte obteve as menores despesas com saúde, o que favorecer inicialmente melhor nível de transparência. Analisando a competição política, a região norte e Capitais

apresentaram as maiores médias e maior índice ITAC. De acordo com Alt et al. (2006) e Montes et al. (2019), maior competição política e menor endividamento podem melhorar a transparência.

## 4.2 MATRIZ DE CORRELAÇÃO E TESTES

**TABELA 7: CORRELAÇÃO VARIÁVEIS EXPLICATIVAS**

	ITAC	LnPIB_w	LnOBT_n	LnEND_n	DSAU_w	INV_w	AUTF	CP_w	VIF
ITAC	1								
LnPIB_w	0.366***	1							2.92
LnOBT_n	-0.442***	-0.700***	1						2.12
LnEND_n	0.079	0.183**	-0.209**	1					1.06
DSAU_w	-0.182*	0.039	-0.044	0.085	1				1.16
INV_w	0.155*	0.049	-0.072	-0.028	-0.160*	1			1.13
AUTF	0.240**	0.594***	-0.340***	0.103	-0.203**	-0.151*	1		1.87
CP_w	0.209**	0.325***	-0.385**	0.161*	0.096	-0.066	0.111	1	1.22

Legenda: \*\*\*  $p < 0.01$  (estatisticamente significativa a 1%); \*\*  $p < 0.05$  (estatisticamente significativa a 5%); \*  $p < 0.1$  (estatisticamente significativa a 10%). Para as variáveis dependente e preditoras: O **ITAC** é o Índice de Transparência Ativa Covid; **LnPIB**, o logaritmo do Produto Interno Bruto estimado; **LnOBT\_n**, o logaritmo dos óbitos acumulados normalizado; **LnEND\_n**, logaritmo do endividamento normalizado; **DSAU**, despesa com saúde; **INV** se refere ao investimento; **AUTF** a autonomia financeira; e **CP** competição política nas eleições para vereadores em 2020.

Em relação ao ITAC, houve correlação positiva moderada e pequena das variáveis PIB, autonomia fiscal e competição política; média correlação negativa, despesa com saúde e óbitos, e baixa correlação, investimentos. O endividamento não obteve significância com o ITAC. Entretanto, houve forte correlação negativa entre o número de óbitos e PIB, de 0.700\*\*\*, suficiente para aferir presença de colinearidade.

**TABELA 8: CORRELAÇÃO VARIÁVEIS CATEGÓRICAS**

<i>Dummies</i>	ITAC	d_Reeleiç	d_Nordeste	d_Norte	d_Sudeste	d_Sul	d_Capital
ITAC	1						
d_Reeleiç	-0.020	1					
d_Nordeste	-0.087	-0.097	1				
d_Norte	0.242**	-0.054	-0.128	1			
d_Sudeste	-0.096	0.097	-0.499***	-0.259***	1		
d_Sul	-0.015	0.0123	-0.220**	-0.114	-0.445***	1	
d_Capital	0.587***	-0.166*	0.155*	0.290***	-0.290***	-0.054	1

Fonte: Elaborado pela autora. Legenda: \*\*\*  $p < 0.01$  (estatisticamente significativa a 1%); \*\*  $p < 0.05$  estatisticamente significativa a 5%); \*  $p < 0.1$  (estatisticamente significativa a 10%).

Em relação às variáveis categóricas, houve correlação moderada negativa e média para as variáveis, *d\_Norte* 0.242\*\* e *d\_Capital* 0.587\*\*\*, em relação ao ITAC.

Gujarati (2011) considera problemas sérios de colinearidade se os valores entre regressores estiverem acima de 0.80, e propõe a retirada da variável do modelo que esteja acusando essa forte correlação. A fim de descartar viés de 0.700 entre LnPIB\_w e LnÓbitos\_n, estimou-se regressão para mensurar o *Variance Inflation Factors* – VIF, para comprovar que não ultrapassaria o limite de 10 para multicolinearidade (Doane & Seward, 2014) ou 5, individualmente, (Hair, 2005). Observou-se que, tanto o VIF individual quanto a média geral dos preditores ficou abaixo desses limites, descartando-se problemas nos estimadores dos modelos.

O ajuste dos modelos de regressão, para o grau de liberdade F (7,169) evidenciou 8.31% de eficácia, sem (Rob), com um nível de explicação de 25.64%, significando que as maiores variações ocorridas na transparência poderiam ser explicadas com a inclusão de todas as variáveis.

**TABELA 9: RESULTADOS VIF**

	VIF	1/VIF
LnPIB	2.92	0.342743
LnÓbitos	2.12	0.470808
LnEndividamento	1.06	0.940728
Despesas Saúde	1.16	0.859908
Investimento	1.13	0.881274
Autonomia Fiscal	1.87	0.534544
Competição Política	1.22	0.821671
Média VIF	1.64	

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto aos demais testes, aplicou-se sem o estimador de erros robustos, para verificar problemas de omissão de variáveis e normalidade da variabilidade de erros e estimadores. Variável omitida *ovtest* F (3, 164) com F de 0.90 com Prob > F = 44.45%; normalidade dos erros (N= 177, chi2 = 2.18 e prob. 33.57%) e sua variância se aplicou o teste de *Breusch-Pagan* (chi2=0.27, prob. 60.20%), e por fim, *White* (chi2=36.30 e prob.> chi2 = 40.78%), que indicaram não haver problemas de heterocedasticidade nos estimadores.

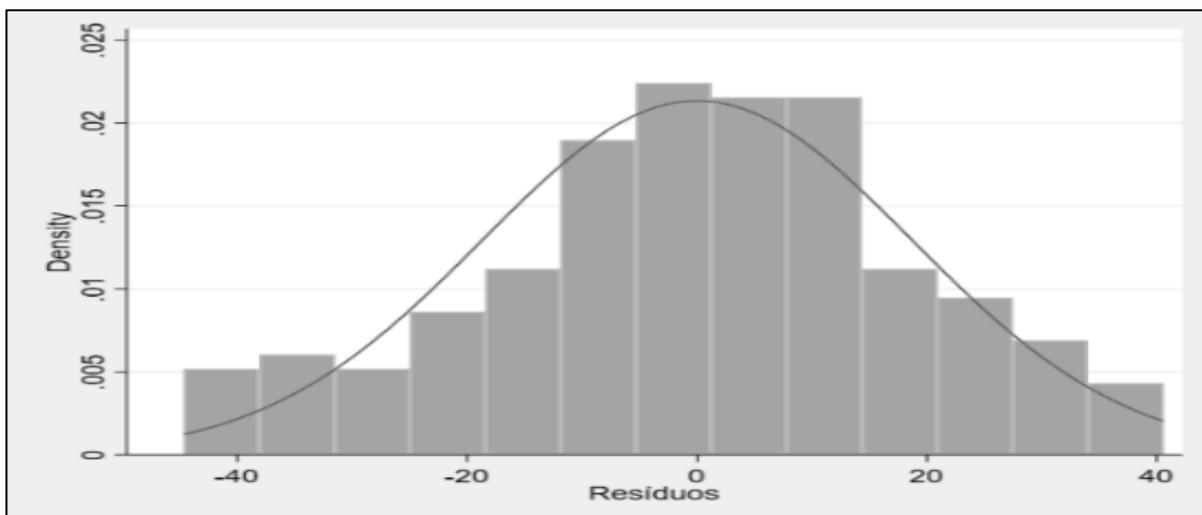


Figura 1: Normalidade dos Erros

Fonte: Elaborado pela autora

### 4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela mostra, detalhadamente, fatores que impactaram nos modelos empíricos **M1 e M2** e desses resultados se extraíram as análises estatísticas a seguir.

$$ITAC_{i,t} = \beta_0 + \beta_1(LnPIB)_{it} + \beta_2(LnEND)_{it} + \beta_3(DSAU)_{it} + \sum \text{CONTROLES}_{k_{it}} + \varepsilon_{i,t} \quad (\mathbf{M1})$$

$$ITAC_{i,t} = \beta_0 + \beta_1(AUTF)_{it} + \beta_2(INV)_{it} + \beta_3(CP)_{it} + \sum \text{Controles}_{k_{it}} + \varepsilon_{i,t} \quad (\mathbf{M2})$$

**TABELA 10: VARIÁVEL DEPENDENTE ITAC**

Variáveis Explicativas	MODELO 1			MODELO 2		
	<i>Efeito socioeconômico e Despesa saúde</i>			<i>Efeitos social, fiscal e político</i>		
	M1a	M1b	M1c	M2a	M2b	M2c
<b>Econômica</b>						
LnProduto Interno Bruto_w	2.757 (0.230)	9.293*** (0.000)	3.158** (0.039)			
<b>Fiscais</b>						
LnEndividamento_n	-0.00994 (0.973)	0.173 (0.562)	0.0601 (0.835)			
Despesas Saúde_w	-0.646*** (0.003)	-0.519** (0.021)	-0.496** (0.010)			
Autonomia Fiscal				0.249* (0.058)	0.647*** (0.000)	0.275*** (0.009)
Investimento_w				0.782* (0.052)	0.769* (0.058)	0.738** (0.046)
<b>Política</b>						
Competição Política_w				0.669 (0.310)	1.442** (0.045)	0.129 (0.850)
<b>Variável de controle (social) e categóricas</b>						
LnÓbitos_n	-323.4*** (0.000)			-314.12*** (0.000)		
D_Nordeste		-7.883 (0.217)			-3.789 (0.549)	
D_Norte		10.91 (0.127)			17.68** (0.015)	
D_Sudeste		-10.79* (0.054)			-8.751 (0.106)	

D_Sul		-8.916 (0.147)			-7.378 (0.219)	
D_Capital			31.41*** (0.000)			33.47*** (0.000)
D_Reeleição						2.726 (0.303)
Constante	75.99 (0.134)	-85.18*** (0.002)	3.151 (0.897)	24.07 (0.715)	-110.3* (0.098)	12.02 (0.850)
R <sup>2</sup> Ajust. Sem Rob	0.2250	0.2060	0.3646	0.2108	0.1743	0.3664
F sem Rob	13.78	7.52	26.25	12.75	6.31	21.35
R <sup>2</sup> com Rob	0.2426	0.2376	0.3791	0.2287	0.2071	0.3844
F com Rob	14.58	8.72	40.88	12.86	7.85	35.75
N	177	177	177	177	177	177

Nota: *P-Valor* em parênteses \* p<0.1, \*\*p<0.05, \*\*\* p<0.01. Indicam nível de significância das variáveis explicativas em relação ao ITAC. As variáveis LnÓbitos\_n e LnEndividamento\_n foram normalizadas.

Em relação à hipótese **(H1a)**, que prevê: PIB se relaciona positiva e significativa com a transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia, as evidências indicam que ela foi suportada em M1b, a uma significância de 1% ou confiança de 99% ( $\beta = 9.293$ ; p-valor = 0,000) e, 5% ou confiança de 95% ( $\beta = 3.158$ ; p-valor = 0,039) em M1c

Em relação à hipótese (H1b): N<sup>o</sup> de Óbitos se relaciona negativa e significativa com a transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia (variável de controle), as evidências indicam que ela foi suportada em **M1a e M2a**, a uma significância de 1% ou confiança de 99% ( $\beta = -323.4$ ; p-valor = 0,000;  $\beta = -314.12$ ; p-valor = 0,000). Dado que a variável LnÓbitos foi normalizada, houve a necessidade de convertê-la em exponencial, ao que resultou em -1.003% de redução no ITAC, em média.

Em relação à hipótese **(H2a)**: Endividamento se relaciona negativa e significativa com a transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia, as evidências indicam que ela não foi suportada em **M1**. Entretanto, em relação à hipótese **(H2b)**: Despesa com saúde se relaciona negativa e significativa com a transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia, as evidências indicam que ela foi suportada em **M1a**, a uma significância de 1% ou confiança de

99% ( $\beta = -0.646$ ; p-valor = 0,003) e de 5% ou confiança de 95% em M1b e M1c, ( $\beta = -0.519$ ; p-valor = 0,021;  $\beta = -0.496$ ; p-valor = 0,010) com tais efeitos reduzindo a transparência fiscal.

Quanto à hipótese **(H3a)**: Autonomia Financeira se relaciona positiva e significativa com a transparência das despesas emergenciais com a pandemia, as evidências indicaram que ela foi suportada em **M2a**, a uma significância de 10% ou confiança de 90% ( $\beta = 0.249$ ; p-valor = 0,058) e em M2b e M2c a uma significância de 1% ou confiança de 99% ( $\beta = 0.647$ ; p-valor = 0,000;  $\beta = 0.275$ ; p-valor = 0,009).

Em relação à hipótese **(H3b)**: Investimentos se relacionam positiva e significativa com a transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia, as evidências indicaram que ela foi suportada em **M2a e M2b**, a uma significância de 10% ou confiança de 90% ( $\beta = 0.782$ ; p-valor = 0,052;  $\beta = 0.769$ ; p-valor = 0,058) e M2c a uma significância de 5% ou confiança de 95% em ( $\beta = 0.738$ ; p-valor = 0,046).

Por fim, quanto à hipótese **(H4)**: Competição política se relaciona positiva e significativa com a transparência ativa das despesas emergenciais com a pandemia, as evidências indicaram que ela foi suportada em **M2b**, a uma significância de 5% ou confiança de 95% ( $\beta = 1.442$ ; p-valor = 0,045), comprovando o efeito estatístico positivo na transparência das despesas com a pandemia.

## Capítulo 5

### 5. DISCUSSÕES

O estudo objetivou comprovar se fatores socioeconômicos, fiscais e a competição política podem influenciar na transparência ativa das despesas emergenciais de 177 *websites* de municípios brasileiros de grande porte.

Os resultados encontrados corroboraram com as teorias da agência e modelo do agente político, segundo o qual conflitos de interesses ocorrem devido à manipulação de informações fiscais durante crises (Tejero-Romero & Araújo, 2018; Arapis & Reitano, 2017) visando atender e beneficiar políticos eleitos.

Apesar da pandemia ter influenciado na queda do PIB em 2020, da ordem de 4,1%, devido à redução das atividades e isolamento social (Brasil, 2021), esta condição parece não ter afetado a divulgação nos municípios da amostra. Segundo Araujo e Tejero-Romero (2018), a falta de confiança de cidadãos e políticos durante períodos de dificuldades, aumenta a pressão de cidadãos para maior controle da tomada de decisões quanto ao uso de recursos públicos.

Nesse aspecto, diversos *stakeholders* podem monitorar atividades municipais, sobretudo de governos locais que mais investem na qualidade de suas plataformas e, além disso, que têm maiores recursos (Araujo & Tejedero-Romero, 2016; Baldissera *et al.*, 2020; Caamaño-Alegre *et al.*, 2013; Cruz *et al.*, 2012; Rios *et al.*, 2016; Sol, 2013; Zuccolotto & Teixeira, 2014). Evidenciou-se que a maior índice de divulgação foi das capitais brasileiras, municípios onde as condições fiscais são melhores.

Entretanto, o aumento das despesas com a saúde e, paralelamente, do número de óbitos afetou na redução na divulgação, não se confirmando efeitos do

endividamento, tal qual Arapis e Reitano (2018) e Tejero-Romero e Araújo (2020), que se pode atribuir à limitação da pesquisa, sugerindo o aumento do período e amostra.

Sobre o aumento das despesas, Chen e Han (2019) explicam, com base no modelo de agente político (Ferejohn, 1999), que políticos recebem incentivos para esconder dos eleitores e seus concorrentes a dívida alta e a situação fiscal ruim e por isso, inibem a transparência. Caamaño-Alegre et al. (2013), apesar de não terem evidenciado efeitos endividamento, concluíram também que aumento das despesas e encargos financeiros estimulam gestores a esconderem altos custos.

As informações relativas às despesas com saúde podem ter sido manipuladas devido interesses políticos, e por 2020 ter sido um ano eleitoral onde não era interessante mostrar aos concorrentes e eleitores a dívida alta. Alt et al. (2006) afirmam que políticos tentam esconder a dívida atual em cenários desfavoráveis, divulgando mais quando há déficits durante crises ou superávits, para estender ciclos políticos.

Além disso, foram evidenciados efeitos negativos regionais não significantes, a exceção da região norte e capitais, no ITAC. Infere-se, do modelo empírico 2, que tanto as despesas de saúde quanto óbitos, inclusive nas capitais, provocam o aumento de assimetrias, mesmo nestas localidades a transparência ativa seja maior em razão das condições econômicas favoráveis.

Por outro lado, as boas condições fiscais de entes mais fortes em arrecadação e gestão fiscal, segundo Chen e Han (2019), reduzem a assimetria, devido maior capacidade de investimentos em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), melhores equipamentos e mão de obra qualificadas, que melhoram o desempenho da transparência fiscal de seus *websites*. Segundo Brocco (2018), as condições fiscais proporcionam melhor estrutura de saúde, atuando na melhoria da divulgação

Logo, os resultados desta pesquisa confirmaram que autonomia fiscal e o nível de investimentos, portanto, são fatores de sucesso da divulgação ativa. Segundo a teoria, políticos são levados a aumentar seus esforços em direção aos eleitores para que estes monitorem ações de seus opositores, com investimento em plataformas (Alt & Lassen, 2006; Alt et al., 2006; Arapis & Reitano, 2018; Zimmermann, 1977).

Os melhores resultados se devem à maior autonomia fiscal das capitais brasileiras e confirmam o nível de desenvolvimento dessas localidades (Alt et al., 2006; Balaguer-Coll & Brun-Martos, 2021; Cruz et al., 2012; Baldissera et al., 2020; Brocco, 2018; Chen & Han, 2019; Tavares & Cruz, 2020; Tejedo-Romero & Araújo, 2020). Para diminuir diferenças regionais, sugerem-se políticas de melhoria da gestão fiscal de informações com maiores investimentos em TI (Chen & Han, 2019) e acompanhamento da eficiência de governos locais (Montes et al., 2019).

Os resultados em conjunto, da autonomia e investimentos e, da alta fragmentação de poder sobre a transparência foram confirmados em outros cenários (Alt et al., 2006; Balaguer-Coll & Brun-Martos, 2021; Chen & Han, 2019; Citro et al., 2021; Tejedo-Romero & Araújo, 2020; Tavares e Cruz, 2020), e independem da recondução de mandatos. Balaguer-Coll e Brun-Martos (2021) utilizam o modelo do agente político (Ferejohn, 1999) para explicar essa interferência.

Adicionalmente, destaca-se a importância do controle regulamentar brasileiro em torno da obrigatoriedade de dar transparência as despesas, sob o contexto da Lei n. 13.979 (2020) e LAI (2012), que primou pela disponibilização de informações fiscais nas plataformas de entes públicos. Rios et al. (2016) e Tejedo-Romero e Araujo (2020) afirmam que regulamentos são viáveis, principalmente, durante incertezas, pois estimulam a divulgação em períodos de alta concorrência política.

## Capítulo 6

### 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visou contribuir com o avanço das discussões sobre a transparência em momentos de crise e de fragilidades nos cenários nacional e internacional (Arapis & Reitano, 2018).

Na gestão pública, buscou incentivar à disponibilização de informações à sociedade pelos governos locais em suas plataformas, inclusive em regiões com déficit informacional. Para isso, propõe maiores investimentos em Tecnologias da Informação para melhorar plataformas *online*, e diminuir barreiras que dificultam o monitoramento de informações fiscais pelos *stakeholders*.

As contribuições vão ao encontro das análises aqui apresentadas e, visam suprir as deficiências relativas às diferenças assustadoras nas médias de divulgação ativa (ITAC) entre regiões e capitais brasileiras, considerando que da amostra de 177 municípios de grande porte, a divulgação geral foi de 45.61%, em média, enquanto nas capitais tal média foi de 76,16 %.

Buscam incentivar a transparência em cenários de crise, mesmo diante de recessão na economia, haja vista que a redução das atividades e, paralelamente, do PIB em 2020, não afetaram negativamente a divulgação das despesas emergenciais.

As teorias da agência e modelo do agente político confirmaram as alterações na transparência, primeiro por desequilíbrios promoverem maior controle das atividades de governos, havendo interesse de *stakeholders* em monitorar atividades municipais em períodos de dificuldade, apesar da tentativa destes em ocultar o

desempenho fiscal ruim de eleitores e concorrentes (Alt *et al.*, 2006; Arapis & Reitano, 2018; Montes *et al.*, 2019; Tejero-Romero & Araujo, 2018).

Quanto aos efeitos do endividamento, estes não foram confirmados em consonância com estudos já realizados (Araújo Dan Tejero-Romero, 2016; Benito & Batista, 2009; Caamaño-Alegre *et al.*, 2013; Sol, 2013), inclusive em cenários de crise por Arapis e Reitano (2018). Em relação à autonomia fiscal e investimentos, estes impactaram positivamente na transparência, especialmente nas capitais, devido suas melhores condições para investimento em plataformas (Cruz *et al.*, 2012; Baldissera *et al.*, 2020; Tavares & Cruz, 2020; Tejero-Romero & Araújo, 2020).

Confirmaram-se ainda, que competição política e autonomia financeira e investimentos contribuem para o avanço da transparência ativa, independentemente da recondução de mandatos, conforme Balaguer-Coll e Brun-Martos (2021). Tal influência se dá em razão dos esforços de agentes políticos para que eleitores monitorem seus opositores (Arapis & Reitano, 2018), para mostrarem à sociedade seus bons desempenhos (Chen & Han, 2019; Cicatiello *et al.*, 2017; Citro *et al.*, 2021).

Como limitações tem-se à temporariedade da variável transparência ativa Covid, que remete às bases das variáveis preditoras para o exercício de 2020, e os critérios subjetivos da metodologia Transparência Internacional Brasil (TIBR); a inexistência de variáveis fiscais, como déficit e superávit, para toda a amostra desta pesquisa para medir outros efeitos; além disso, a instabilidade de indicadores de transparência, que sofrem mudanças no decorrer do tempo.

As sugestões de pesquisa convergem com as limitações. Logo, sugere-se que os efeitos dessas variáveis sejam verificados em períodos com maior extensão de ciclos eleitorais, para evidenciar diferenças em relação a 2020 e efeitos da competição política em diferentes mandatos do executivo. Sugere-se, ainda, a permanência das

variáveis como autonomia fiscal, PIB e endividamento, considerando a alteração do cenário fiscal e reaquecimento da economia.

## REFERÊNCIAS

- Alt, J. E., & Lassen, D. D. (2006). Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries. *European Economic Review*, 50(6), 1403–1439. <https://doi.org/10.1016/j.euroecorev.2005.04.001>
- Alt, J. E., Lassen, D. D., & Rose, S. (2006). *The Causes of Fiscal Transparency: Evidence from the U.S. States*. 53, 30–57.
- Arapis, T., & Reitano, V. (2018). Examining the Evolution of Cross-National Fiscal Transparency. *American Review of Public Administration*, 48(6), 550–564. <https://doi.org/10.1177/0275074017706740>
- Araujo dan Tejedro-Romero. (2016). Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings Article information: About Emerald [www.emeraldinsight.com](http://www.emeraldinsight.com). *International Journal of Public Sector Management*, 29(4), 1–20.
- Balaguer-Coll, M. T., & Brun-Martos, M. I. (2021). The effects of the political environment on transparency: evidence from Spanish local governments. *Policy Studies*, 42(2), 152–172. <https://doi.org/10.1080/01442872.2019.1599838>
- Baldissera, J. F., Dall'Asta, D., Casagrande, L. F., & Oliveira, A. M. B. de. (2020). Influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 340–359. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190048>
- Botelho, L., Da, F., Sobreira, M., Paula, A., Duque, O., Ulysses, C., & Coelho, F. (2021). 1 [Www.Congressosp.Fipecafi.Org](http://www.Congressosp.Fipecafi.Org). 1–20.
- Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. (2021). Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais [para o ano de] 2016. Boletim de Finanças Dos Entes Subnacionais, 1–175. [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:27676](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:27676)
- Brasil, T. internacional. (2020). *Metodologia 2: Transparência em contratações emergenciais, doações, programas de estímulo econômico e medidas de proteção social atualizada em agosto de 2020*. 37, 3832.
- Brocco, C., Grando, T., Martins, V. D. Q., Brunozi Junior, A. C., & Corrêa, S. (2018). Transparência Da Gestão Pública Municipal: Fatores Explicativos Do Nível De Transparência Dos Municípios De Médio E Grande Porte Do Rio Grande Do Sul. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte - ISSN 2176-9036*, 10(1), 139. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2018v10n1id12040>
- Caamaño-Alegre, J., Lago-Peñas, S., Reyes-Santias, F., & Santiago-Boubeta, A. (2013). Budget Transparency in Local Governments: An Empirical Analysis. *Local*

*Government Studies*, 39(2), 182–207.  
<https://doi.org/10.1080/03003930.2012.693075>

- Chen, C., & Han, Y. (2019). Following the money: The political determinants of E-fiscal transparency in US states. *Public Management Review*, 21(5), 732–754. <https://doi.org/10.1080/14719037.2018.1523451>
- Cicatiello, L., De Simone, E., & Gaeta, G. L. (2017). Political determinants of fiscal transparency: a panel data empirical investigation. *Economics of Governance*, 18(4), 315–336. <https://doi.org/10.1007/s10101-017-0192-x>
- Citro, F., Cuadrado-Ballesteros, B., & Bisogno, M. (2021). Explaining budget transparency through political factors. *International Review of Administrative Sciences*, 87(1), 115–134. <https://doi.org/10.1177/0020852319847511>.
- Creswell, J. W., & Sol, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Penso Editora.
- Cruz, C. F., Ferreira, A. C. de S., da Silva, L. M., & Macedo, M. A. da S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: Um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153–176. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000100008>
- Cuadrado-Ballesteros, B., Citro, F., & Bisogno, M. (2020). The role of public-sector accounting in controlling corruption: an assessment of Organization for Economic Co-operation and Development countries. *International Review of Administrative Sciences*, 86(4), 729–748. <https://doi.org/10.1177/0020852318819756>
- del Sol, D. A. (2013). The institutional, economic and social determinants of local government transparency. *Journal of Economic Policy Reform*, 16(1), 90–107. <https://doi.org/10.1080/17487870.2012.759422>
- Doane, DP, & Seward, LE (2014). *Estatística Aplicada à Administração e Economia* (4ª edição). Grupo A. Retirado em 3 de setembro, 2021, de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580553949>.
- Ferejohn, J. 1999. “Accountability and Authority: Toward a Theory of Political Accountability.” In *Democracy, Accountability, and Representation*, edited by A. Przeworski, S. C. Stokes, and B. Manin, 131–153. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fung, A. (2013). Infotopia: Unleashing the democratic power of transparency. *Politics and Society*, 41(2), 183–212. <https://doi.org/10.1177/0032329213483107>
- García, A. C., & García-García, J. (2010). Determinants of online reporting of accounting information by Spanish local government authorities. *Local Government Studies*, 36(5), 679–695. <https://doi.org/10.1080/03003930.2010.506980>.
- Gracia, N., Guilherme, J., Augusto, M., Wilhans, A., Palludeto, A., Alexandre, R., &

- Borghi, Z. (2021). *A pandemia provocada pelo novo coronavírus ( Sars-CoV-2 ) e seus desdobramentos enfrentados pela humanidade na história recente . Diante desse cenário , a encontram precedentes nas últimas décadas , reforçando seu caráter anticíclico 2011 ).*
- Grimmelikhuijsen, S. G., & Meijer, A. J. (2014). Effects of transparency on the perceived trustworthiness of a government organization: Evidence from an online experiment. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 24(1), 137–157. <https://doi.org/10.1093/jopart/mus048>
- Grimmelikhuijsen, S. G., & Welch, E. W. (2012). Developing and Testing a Theoretical Framework for Computer-Mediated Transparency of Local Governments. *Public Administration Review*, 72(4), 562–571. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2011.02532.x>.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica*. Grupo A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580550511>.
- Hair, J., Babin, B., Money, A., & Samouel, P. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Bookman Companhia Ed.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise Multivariada de Dados*. Grupo. Retirado em 3 de setembro, 2021, de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577805341>.
- Heald, D. (2012). Why is transparency about public expenditure so elusive? *International Review of Administrative Sciences*, 78(1), 30–49. <https://doi.org/10.1177/0020852311429931>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). *Estimativas de população publicadas no DOU*. Recuperado em 16 julho, 2021 de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>).
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305-360.
- Laakso, M., & Taagepera, R. (1979). “Effective” number of parties: A Measure with Application to West Europe. *Comparative Political Studies*, 12(1), 3–27. <https://doi.org/10.1177/001041407901200101>.
- Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009* (2009). Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Recuperado em 03 de julho, 2021, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm).

- Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011* (2011). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Recuperado em 25 de junho, 2021, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm).
- Lei n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020* (2020). Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Recuperado em 03 de julho, 2021, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm).
- Manes Rossi, F., Brusca, I., & Aversano, N. (2018). Financial Sustainability as a Driver for Transparency and E-Democracy: A Comparative Study in Italian and Spanish Local Governments. *International Journal of Public Administration*, 41(1), 22–33. <https://doi.org/10.1080/01900692.2016.1242623>
- Meijer, A. (2013). Understanding the Complex Dynamics of Transparency. *Public Administration Review*, 73(3), 429–439. <https://doi.org/10.1111/puar.12032>
- Meijer, A. (2015). Government Transparency in Historical Perspective: From the Ancient Regime to Open Data in The Netherlands. *International Journal of Public Administration*, 38(3), 189–199. <https://doi.org/10.1080/01900692.2014.934837>.
- Oates, W. E. (1972). *Fiscal Federalism*. New York, USA: Harcourt Brace Jovanovich.
- OECD (Organization for Economic Cooperation and Development), 2001. OECD best practices for budget transparency [online]. Paris: OECD. Available from: <http://www.oecd.org/dataoecd/33/13/1905258.pdf>
- OCDE. (2020). COVID-19 na região da América Latina e Caribe: implicações sociais. *OECD Publishing*, 1–17. [https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=119\\_119689-](https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=119_119689-)
- O'Malley, P., Rainford, J., & Thompson, A. (2009). Transparency during public health emergencies: From rhetoric to reality. *Bulletin of the World Health Organization*, 87(8), 614–618. <https://doi.org/10.2471/BLT.08.056689>
- Souza, C. (2005). Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista de Sociologia e Política*, 24, 105–121. <https://doi.org/10.1590/s0104-44782005000100008>.
- Söthe, A., Visentini, M. S., & Writzl, D. N. (2020). Transparency of covid-19 information in santa catarina municipalities and its relationship with socioeconomic, political and epidemiological variables [A transparência das informações sobre a covid-19 nos municípios catarinenses e sua relação com variáveis. *Revista Brasileira de Gestao e Desenvolvimento Regional*, 16(4), 402–416. <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85099409073&partnerID=40&md5=7b94d8d4303688480c812055f0fee99d>

- Tavares, A. F., & da Cruz, N. F. (2020). Explaining the transparency of local government websites through a political market framework. *Government Information Quarterly*, 37(3), 0–1. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2017.08.005>
- Tejedo-Romero, F., & de Araujo, J. F. F. E. (2018). Determinants of Local Governments' Transparency in Times of Crisis: Evidence from Municipality-Level Panel Data. *Administration and Society*, 50(4), 527–554. <https://doi.org/10.1177/0095399715607288>
- Tejedo-Romero, F., & Araujo, J. F. F. E. (2020). E-government-enabled transparency: The effect of electoral aspects and citizen's access to Internet on information disclosure. *Journal of Information Technology and Politics*, 17(3), 268–290. <https://doi.org/10.1080/19331681.2020.1713958>
- Vieira, M. A., & De Ávila, L. A. C. (2020). Nível Da Transparência Pública E As Características Socioeconômicas Dos Municípios Brasileiros. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 11(3), 77–93. <https://doi.org/10.5380/rcc.v11i3.71604>
- Vieira Rodrigues, R., Falcão Silva, L., Boechat, G., Coli, H., & Bello de Carvalho, D. C. (2020). Transparency on COVID-19 pandemic: an evaluation of Brazilian municipalities. *Revista Do Serviço Público*, 71, 111–139. <https://doi.org/10.21874/rsp.v71i0.4994>.
- Virgillito, S. B. (2017). *Estatística Aplicada*. Editora Saraiva. Grupo. Retirado em 3 de setembro, 2021, de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547214753>.
- Wehner, J., & de Renzio, P. (2013). Citizens, Legislators, and Executive Disclosure: The Political Determinants of Fiscal Transparency. *World Development*, 41(1), 96–108. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.06.005>.
- Zimmerman, J. L. (1977). The Municipal Accounting Maze: An Analysis of Political Incentives. *Journal of Accounting Research*, 15, 107–144. <https://doi.org/10.2307/2490636>.
- Zuccolotto, R., Antonio, M., Teixeira, C., & Riccio, E. L. (2015). *Transparência: reposicionando o debate* *Transparencia: repositioning the debate* *Transparencia: reposicionando el debate*. 25(11), 137–158. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p137>.
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2014). *The Causes of Fiscal Transparency: Evidence in the Brazilian States*. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(66), 242–254. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201410820>

## ANEXO A: METODOLOGIA TIBR

Dimensão de Análise	Categoria	Item	Pontuação
Contratações Emergenciais	Informações essenciais (Peso 4)	Site oficial específico para as contratações emergenciais com informações centralizadas em um único espaço	1 (existe um portal específico ou aba com destaque em portal existente) 0 (não há aba ou portal específico)
		Nome do/a contratado/a	1 (existe) 0 (não existe)
		Número do CPF ou CNPJ	1 (existe) 0 (não existe)
		Valor total e unitário	1 (valor total e unitário) 0 (apenas valor total ou não existe informação)
		Prazo contratual	1 (existe) 0 (não existe)
		Número e íntegra do processo de contratação	1 (número e íntegra do processo) 0 (apenas número do processo ou não existe informação)
	Informações desejáveis (Peso 2)	Data de celebração do contrato	1 (existe) 0 (não existe)
		Órgão contratante	1 (existe) 0 (não existe)
		Quantidade	1 (existe) 0 (não existe)
		Descrição do bem ou serviço	1 (existe) 0 (não existe)
		Local da execução	1 (existe) 0 (não existe)
		Status de contratações com problemas ou pendências	1 (existe) 0 (não existe)
		Edital e fases da licitação	1 (existe) 0 (não existe)
		Forma/modalidade da contratação	1 (existe) 0 (não existe)
	Formato e acessibilidade das informações (Peso 4)	Data da última atualização do portal	1 (existe) 0 (não existe)
		Dados publicados em formatos abertos (possíveis formatos: .csv, .json, .ods).	1 (existe) 0 (não existe)
		Possibilidade de download das informações	1 (disponível) 0 (não disponível)
		Mecanismos de busca	1 (existe) 0 (não existe)
		Possibilidade de download da íntegra do contrato	1 (disponível) 0 (não disponível)
	Dicionário de dados	1 (existe) 0 (não existe)	

Legislação (Peso 2)	Legislação específica	Há legislação específica tratando de contratações emergenciais?	1 (existe) 0 (não existe)
	Divulgação de legislação	A legislação aplicável às contratações emergenciais está disponível no mesmo portal?	1 (sim) 0 (não)
	Repositório de legislação	Há um repositório contendo a legislação dedicada ao enfrentamento da Covid-19 organizado por temas?	1 (existe) 0 (não existe)
	Controle	Há previsão legal de que as contratações sejam acompanhadas pelos órgãos de controle competentes?	1 (previsto em legislação ou atos oficiais) 0.5 (notícia) 0 (não)
	Informações aos gestores	São fornecidas informações práticas e orientações aos gestores públicos responsáveis por contratações?	1 (sim) 0 (não)
Doações (Peso 2)	Recebimento de doações	Orientações sobre como fazer doações	1 (existe) 0 (não existe)
	Informações sobre as doações recebidas	Informações sobre as doações recebidas em espécie e in natura	1 (há informações sobre a existência OU inexistência de doações recebidas em espécie e in natura) 0 (não existe)
	Destinação das doações	Informações sobre a destinação das doações in natura	1 (há informações sobre a destinação das doações in natura) 0 (não existe)
Medidas de estímulo econômico e proteção social (Peso 2)	Medidas de estímulo econômico	A legislação e as medidas destinadas a estimular a economia no enfrentamento da crise decorrente da pandemia são apresentadas com destaque e em detalhes?	1 (sim) 0 (não)
		São fornecidas informações consolidadas sobre os recursos destinados a cada uma destas medidas e sobre seus impactos?	1 (sim) 0 (não)
	Medidas de proteção social	A legislação e as medidas destinadas à proteção social para minimizar o impacto da pandemia são apresentadas com destaque e em detalhes?	1 (sim) 0 (não)
		São fornecidas informações Consolidadas sobre os recursos destinados a estas medidas e sobre seu impacto?	1 (sim) 0 (não)
Controle Social	Destaque para o portal / informações sobre as	Portal oficial do governo	1 (existe) 0 (não existe)
		Portal de informação sobre a Covid-19 ou do órgão de saúde responsável	1 (existe) 0 (não existe)

contratações emergenciais	Portal de transparência ou do órgão de controle	1 (existe) 0 (não existe)
	Redes sociais do governo (perfis oficiais dos governos municipais/estaduais no <i>Facebook</i> , <i>Twitter</i> e <i>Instagram</i> )	1 (existe entre as publicações dos últimos sete dias, nas três redes sociais, considerando <i>Facebook</i> , <i>Twitter</i> e <i>Instagram</i> ) 0 (existe apenas em uma ou duas redes sociais ou publicação é mais antiga que o período considerado).
	Disponibilização de instrumentos de visualização de informações agregadas sobre as contratações emergenciais voltadas para o enfrentamento da COVID-19, por meio de gráficos, infográficos, painéis interativos e/ou <i>dashboards</i> .	1 (existem visualizações contendo dados sobre as contratações emergenciais) 0 (não existe)
Ouvidoria (Canal oficial)	<i>Link</i> para Ouvidoria no portal onde estão as contratações emergenciais	1 (existe) 0 (não existe)
	Possibilidade de se realizar denúncia anônima	1 (existe) 0 (não existe)
	<i>Tag</i> específica em assunto para 'COVID-19'	1 (existe) 0 (não existe)
	Relatório estatístico sobre a atuação da Ouvidoria em resposta às manifestações sobre COVID-19	1 (existe) 0 (não existe)
Transparência Passiva (Canal oficial)	<i>Link</i> para o <i>E-sic</i> no portal onde estão as contratações emergenciais.	1 (existe) 0 (não existe)
	Possibilidade de se realizar pedido de acesso à informação de forma sigilosa	1 (existe) 0 (não existe)
	<i>Tag</i> específica em assunto para 'COVID-19'	1 (existe) 0 (não existe)
	Relatório estatístico com o desempenho em relação aos pedidos de acesso à informação sobre COVID-19.	1 (existe) 0 (não existe)
Órgão coletivo	Acompanhamento das contratações por conselho, comissão ou outro órgão coletivo com participação de organizações da sociedade civil	1 (existe) 0 (não existe)

## APÊNDICE A: VARIÁVEIS UTILIZADAS NA PESQUISA

Variáveis	Fonte	Operacionalização	Fundamentação Empírica	Sítios de coleta	Efeito
Variável Dependente					
ITAC	Transparência Internacional (Brasil, 2020)	$ITAC = \left( \frac{\sum \text{Item} \times \text{Peso}}{\sum \text{máximo}} \right) \times 100$		Portal dos Municípios, via Google® ( <a href="http://www.google.com">www.google.com</a> )	Sem efeito
Variáveis Explicativas Fiscais					
Endividamento	Siconfi Finbra (Brasil, 2020)	% da Despesa consolidada (DC) sobre receita corrente líquida (RCL).	(Alt <i>et al.</i> , 2006; Araujo & Tejedo-Romero, 2018; Balaguer-Coll & Brun-Martos, 2021; Montes, Bastos & Oliveira, 2019; O'Malley, Rainford & Thompson, 2009; Zuccolotto & Teixeira, 2017).	<a href="https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf">https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf</a>	(-)
Despesas com Saúde		Despesa empenhada na função saúde sobre a RCL.			(-)
Indicador de Investimento		Valores empenhados do grupo de Investimentos sobre a Receita Total.	(Araujo & Tejedo-Romero, 2018; Baldissera, <i>et al.</i> , 2020; Balaguer-Coll & Brun-Martos, 2021; Cuadrado-Ballesteros, Citro, & Bisogno, 2020).		(+)
Autonomia Fiscal		% (Receita própria sobre a receita total).	(Balaguer-Coll & Brun-Martos, 2021; Cruz <i>et al.</i> , 2012; Baldissera, <i>et al.</i> , 2020).		(+)
Variáveis Explicativa Política					
Competição política	TSE (Brasil, 2020).	A fragmentação do legislativo é a diferença % do somatório	(Alt <i>et al.</i> , 2006; Balaguer-Coll & Brun-Martos, 2021; Baldissera <i>et al.</i> , 2020; Chen & Han, 2019; Citro <i>et al.</i> , 2021; Laakso & Taagepera, 1979;	<a href="https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais">https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais</a>	(+/-)

$F = 1 - \sum_{i=1}^n p_i^2$		proporcional de votos de todos os partidos.	Tejedo-Romero & Araújo, 2020; Wehner & de Renzio; 2013).		
Variável Explicativa Econômica					
PIB Bruto	IBGE, (Brasil, 2020)	Crescimento econômico municipal, referente à soma dos bens e serviços produzidos.	(Arapis & Reitano, 2018; Araujo dan Tejedo-Romero, 2016; Baldissera, 2020; Brocco, 2018; Chen e Han, 2019; Cruz <i>et al.</i> , 2012; Zuccolotto & Teixeira, 2014).	<a href="https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&amp;t=pib-por-municipio&amp;utm_source=landing&amp;utm_medium=explanca&amp;utm_campaign=pib">https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&amp;t=pib-por-municipio&amp;utm_source=landing&amp;utm_medium=explanca&amp;utm_campaign=pib</a>	(+)
Variáveis Categóricas e de Controle					
<i>Dummies:</i> Região e Capital (IBGE) Reeleição (TSE)		d_NO, d_NE, d_SE e d_SUL; d_CAPITAL: “1” se capital do estado, “0”, o contrário; d_REELEIÇÃO: “1” se prefeito reeleito em 2020; “0” o contrário.	(Baldissera, <i>et al.</i> , 2020; Cruz <i>et al.</i> , 2012; Sol, 2013; Tejedo-Romero & Araújo, 2020; Vieira e Ávila, 2020; Zuccolotto & Teixeira, 2014).	<a href="https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&amp;t=pib-por-municipio&amp;utm_source=landing&amp;utm_medium=explanca&amp;utm_campaign=pib">https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&amp;t=pib-por-municipio&amp;utm_source=landing&amp;utm_medium=explanca&amp;utm_campaign=pib</a>  <a href="https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais">https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais</a>	(+/-)
Nº de óbitos	Ministério da Saúde (Brasil, 2020)	Valor acumulado nos municípios da amostra em 31/12/2020.	(Söthe <i>et al.</i> , 2020)	<a href="https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html">https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html</a>	(+/-)

Fonte: Elaborado pela autora.

## APÊNDICE B: INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS

Nº	UF	MUNICÍPIOS	ITAC	POP	PIB + IPCA	ÓBITOS	ENDEREÇO DO SÍTIO
1	PA	Abaetetuba	52,08	159080	1538679,76	120	<a href="https://www.abaetetuba.pa.gov.br">https://www.abaetetuba.pa.gov.br</a>
2	GO	Águas Lindas de Goiás	55,21	217698	2050801,10	134	<a href="https://aguaslindasdegoias.go.gov.br">https://aguaslindasdegoias.go.gov.br</a>
3	RS	Alvorada	51,04	211352	2940362,74	229	<a href="https://alvorada.atende.net/">https://alvorada.atende.net/</a>
4	SP	Americana	31,25	242018	12333059,81	212	<a href="https://transparencia.americana.sp.gov.br">https://transparencia.americana.sp.gov.br</a>
5	RJ	Angra dos Reis	46,88	207044	9725402,89	268	<a href="http://www.angra.rj.gov.br/">http://www.angra.rj.gov.br/</a>
6	GO	Aparecida de Goiânia	44,79	590146	14437251,46	588	<a href="http://www.aparecida.go.gov.br">http://www.aparecida.go.gov.br</a>
7	SE	Aracaju	61,46	664908	18801798,15	895	<a href="https://transparencia.aracaju.se.gov.br">https://transparencia.aracaju.se.gov.br</a>
8	SP	Araçatuba	59,38	198129	7998375,25	205	<a href="http://s2.asp.srv.br/etransparencia.pm.aracatuba.sp">http://s2.asp.srv.br/etransparencia.pm.aracatuba.sp</a>
9	TO	Araguaína	40,63	183381	4774919,86	239	<a href="https://moderniza.araguaina.to.gov.br">https://moderniza.araguaina.to.gov.br</a>
10	AL	Arapiraca	44,79	233047	4862078,37	183	<a href="https://transparencia.arapiraca.al.gov.br/">https://transparencia.arapiraca.al.gov.br/</a>
11	SP	Araraquara	38,54	238339	10239939,23	90	<a href="https://sistema.araraquara.sp.gov.br/">https://sistema.araraquara.sp.gov.br/</a>
12	RJ	Barra Mansa	9,38	184833	5619759,58	209	<a href="https://portaltransparencia.barramansa.rj.gov.br/">https://portaltransparencia.barramansa.rj.gov.br/</a>
13	SP	Barueri	53,13	276982	55031678,65	445	<a href="http://www.barueri.sp.gov.br/Transparencia/">http://www.barueri.sp.gov.br/Transparencia/</a>
14	SP	Bauru	45,83	379297	15934954,72	301	<a href="https://www2.bauru.sp.gov.br/financas/">https://www2.bauru.sp.gov.br/financas/</a>
15	PA	Belém	73,96	1499641	34264961,57	2438	<a href="http://www.belem.pa.gov.br/">http://www.belem.pa.gov.br/</a>
16	RJ	Belford Roxo	42,71	513118	8633945,34	375	<a href="https://transparencia.prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br/">https://transparencia.prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br/</a>
17	MG	Belo Horizonte	90,63	2521564	100076903,01	1856	<a href="https://prefeitura.pbh.gov.br/aceso-rapido">https://prefeitura.pbh.gov.br/aceso-rapido</a>
18	MG	Betim	29,17	444784	27733885,86	311	<a href="http://www.betim.mg.gov.br/processoscorona/">http://www.betim.mg.gov.br/processoscorona/</a>
19	SC	Blumenau	40,63	361855	18456243,93	257	<a href="https://grp.blumenau.sc.gov.br/transparencia/">https://grp.blumenau.sc.gov.br/transparencia/</a>
20	RR	Boa Vista	50,00	419652	10928986,56	573	<a href="https://transparencia.boavista.rr.gov.br/">https://transparencia.boavista.rr.gov.br/</a>
21	SP	Bragança Paulista	32,29	170533	6862282,98	102	<a href="https://bragancapaulista.giap.com.br/">https://bragancapaulista.giap.com.br/</a>
22	PE	Cabo de S. Agostinho	44,79	208944	10619888,96	297	<a href="https://portaldatransparencia.cabo.pe.gov.br/">https://portaldatransparencia.cabo.pe.gov.br/</a>
23	ES	Cachoeiro de Itapemirim	78,13	210589	5405149,67	255	<a href="https://prefeitura.cachoeiro.es.gov.br/covid19/">https://prefeitura.cachoeiro.es.gov.br/covid19/</a>
24	BA	Camaçari	13,54	304302	25926133,12	146	<a href="https://cgm.camacari.ba.gov.br/transparencia/">https://cgm.camacari.ba.gov.br/transparencia/</a>

25	PB	Campina Grande	18,75	411807	10014851,61	446	<a href="https://campinagrande.pb.gov.br/">https://campinagrande.pb.gov.br/</a>
26	SP	Campinas	55,21	1213792	66818640,81	1474	<a href="https://transparencia.campinas.sp.gov.br">https://transparencia.campinas.sp.gov.br</a>
<b>Nº</b>	<b>UF</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ITAC</b>	<b>POP</b>	<b>PIB + IPCA</b>	<b>ÓBITOS</b>	<b>ENDEREÇO DO SITIO</b>
27	MS	Campo Grande	92,71	906092	31753868,66	1063	<a href="https://transparenciacovid.campogrande.ms.gov.br/">https://transparenciacovid.campogrande.ms.gov.br/</a>
28	RJ	Campos dos Goytacazes	44,79	511168	35166405,75	529	<a href="https://transparencia.campos.rj.gov.br/home">https://transparencia.campos.rj.gov.br/home</a>
29	RS	Canoas	29,17	348208	20870989,70	465	<a href="https://www.canoas.rs.gov.br/novocoronavirus">https://www.canoas.rs.gov.br/novocoronavirus</a>
30	ES	Cariacica	78,13	383917	10650791,36	608	<a href="https://www.cariacica.es.gov.br/paginas/coronavirus">https://www.cariacica.es.gov.br/paginas/coronavirus</a>
31	PE	Caruaru	9,38	365278	7778653,00	389	<a href="https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/">https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/</a>
32	PR	Cascavel	55,21	332333	13324557,01	232	<a href="https://cascavel.atende.net/cidadao">https://cascavel.atende.net/cidadao</a>
33	PA	Castanhal	58,33	203251	4257395,76	194	<a href="http://www.castanhal.pa.gov.br/">http://www.castanhal.pa.gov.br/</a>
34	CE	Caucaia	12,50	365212	5523583,64	368	<a href="http://www.caucaia.ce.gov.br">http://www.caucaia.ce.gov.br</a>
35	MA	Caxias	33,33	165525	1974280,83	117	<a href="https://caxias.ma.gov.br/coronavirus-covid-19">https://caxias.ma.gov.br/coronavirus-covid-19</a>
36	RS	Caxias do Sul	17,71	517451	26858062,66	372	<a href="https://caxias.rs.gov.br/servicos/saude">https://caxias.rs.gov.br/servicos/saude</a>
37	SC	Chapecó	40,63	224013	10450223,07	123	<a href="https://www.chapeco.sc.gov.br/">https://www.chapeco.sc.gov.br/</a>
38	PR	Colombo	55,21	246540	5683101,33	251	<a href="https://portal.colombo.pr.gov.br/">https://portal.colombo.pr.gov.br/</a>
39	MG	Contagem	21,88	668949	30180411,94	519	<a href="http://www.contagem.mg.gov.br/transparencia/public/">http://www.contagem.mg.gov.br/transparencia/public/</a>
40	SP	Cotia	39,58	253608	13641371,42	230	<a href="https://cotia.sp.gov.br/transparencia-covid19/">https://cotia.sp.gov.br/transparencia-covid19/</a>
41	SC	Criciúma	40,63	217311	8362981,89	214	<a href="https://transparencia.criciuma.sc.gov.br/">https://transparencia.criciuma.sc.gov.br/</a>
42	MT	Cuiabá	69,79	618124	25798440,86	1175	<a href="http://transparencia.cuiaba.mt.gov.br/">http://transparencia.cuiaba.mt.gov.br/</a>
43	PR	Curitiba	79,17	1948626	94847467,30	1976	<a href="https://coronavirus.curitiba.pr.gov.br/transparencia/">https://coronavirus.curitiba.pr.gov.br/transparencia/</a>
44	SP	Diadema	40,63	426757	15967506,28	480	<a href="http://www.diadema.sp.gov.br/transparencia-covid-19">http://www.diadema.sp.gov.br/transparencia-covid-19</a>
45	MG	Divinópolis	10,42	240408	7033662,44	97	<a href="https://www.divinopolis.mg.gov.br/portal/">https://www.divinopolis.mg.gov.br/portal/</a>
46	MS	Dourados	39,58	225495	9250734,29	156	<a href="https://app.neainformatica.com.br/transparencia/">https://app.neainformatica.com.br/transparencia/</a>
47	RJ	Duque de Caxias	38,54	924624	45268757,76	908	<a href="https://transparencia.duquedecaxias.rj.gov.br/">https://transparencia.duquedecaxias.rj.gov.br/</a>
48	SP	Embu das Artes	4,17	276535	14418008,86	209	<a href="http://cidadeembudasartes.sp.gov.br/covid19/">http://cidadeembudasartes.sp.gov.br/covid19/</a>
49	BA	Feira de Santana	5,21	619609	15979595,82	358	<a href="http://www.transparencia.feiradesantana.ba.gov.br">http://www.transparencia.feiradesantana.ba.gov.br</a>
50	SP	Ferraz de Vasconcelos	58,33	196500	3415020,32	154	<a href="https://transparencia.ferrazdevasconcelos.sp.gov.br/">https://transparencia.ferrazdevasconcelos.sp.gov.br/</a>
51	SC	Florianópolis	80,21	508826	22919120,32	332	<a href="https://www.pmf.sc.gov.br/transparencia/">https://www.pmf.sc.gov.br/transparencia/</a>

52	CE	Fortaleza	87,50	2686612	72942315,19	4153	<a href="https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/index.php/">https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/index.php/</a>
53	PR	Foz do Iguaçu	26,04	258248	15971853,14	260	<a href="https://www5.pmfi.pr.gov.br/">https://www5.pmfi.pr.gov.br/</a>
<b>Nº</b>	<b>UF</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ITAC</b>	<b>POP</b>	<b>PIB + IPCA</b>	<b>ÓBITOS</b>	<b>ENDEREÇO DO SÍTIO</b>
54	SP	Franca	59,38	355901	10875361,50	230	<a href="https://www.franca.sp.gov.br/covid/">https://www.franca.sp.gov.br/covid/</a>
55	SP	Francisco Morato	22,92	177633	1651218,17	148	<a href="https://transparencia.franciscomorato.sp.gov.br/">https://transparencia.franciscomorato.sp.gov.br/</a>
56	GO	Goiânia	69,79	1536097	53723121,85	2073	<a href="https://www.goiania.go.gov.br/transparencia/">https://www.goiania.go.gov.br/transparencia/</a>
57	MG	Governador Valadares	19,79	281046	6756998,80	415	<a href="https://www.valadares.mg.gov.br/coronavirus">https://www.valadares.mg.gov.br/coronavirus</a>
58	RS	Gravataí	45,83	283620	13020477,69	228	<a href="https://gravatai.atende.net/?pg=transparencia#!/">https://gravatai.atende.net/?pg=transparencia#!/</a>
59	PR	Guarapuava	11,46	182644	6655829,37	55	<a href="https://www.guarapuava.pr.gov.br/portal-covid-19/">https://www.guarapuava.pr.gov.br/portal-covid-19/</a>
60	SP	Guarujá	60,42	322750	9358301,31	489	<a href="https://transparencia.guaruja.sp.gov.br/">https://transparencia.guaruja.sp.gov.br/</a>
61	SP	Guarulhos	39,58	1392121	66740785,96	1708	<a href="http://portaltransparencia.guarulhos.sp.gov.br/c">http://portaltransparencia.guarulhos.sp.gov.br/c</a>
62	SP	Hortolândia	33,33	234259	14274570,52	174	<a href="http://www2.hortolandia.sp.gov.br/">http://www2.hortolandia.sp.gov.br/</a>
63	MG	Ibirité	34,38	182153	2454630,15	82	<a href="https://webibirite.supernova.com.br:8443/">https://webibirite.supernova.com.br:8443/</a>
64	BA	Ilhéus	46,88	159923	4633725,59	268	<a href="https://cgm.ilheus.ba.gov.br/detalhe-da-materia/">https://cgm.ilheus.ba.gov.br/detalhe-da-materia/</a>
65	MA	Imperatriz	34,38	259337	7756037,64	407	<a href="http://sti.imperatriz.ma.gov.br/corona/home/">http://sti.imperatriz.ma.gov.br/corona/home/</a>
66	SP	Indaiatuba	48,96	256223	16973459,00	280	<a href="https://www.indaiatuba.sp.gov.br/transparencia/">https://www.indaiatuba.sp.gov.br/transparencia/</a>
67	MG	Ipatinga	45,83	265409	12445584,58	293	<a href="https://www.ipatinga.mg.gov.br/">https://www.ipatinga.mg.gov.br/</a>
68	RJ	Itaboraí	58,33	242543	4869900,27	287	<a href="https://coronavirus.itaborai.rj.gov.br/">https://coronavirus.itaborai.rj.gov.br/</a>
69	BA	Itabuna	71,88	213685	4441752,16	364	<a href="https://itabuna-ba.portaltp.com.br/">https://itabuna-ba.portaltp.com.br/</a>
70	SC	Itajaí	59,38	223112	27657437,75	262	<a href="https://portaltransparencia.itajai.sc.gov.br">https://portaltransparencia.itajai.sc.gov.br</a>
71	SP	Itapeçerica da Serra	52,08	177662	3984199,02	194	<a href="https://transparencia.itapeçerica.sp.gov.br/">https://transparencia.itapeçerica.sp.gov.br/</a>
72	SP	Itapetininga	5,21	165526	5173939,76	77	<a href="https://www.itapetininga.sp.gov.br/covid">https://www.itapetininga.sp.gov.br/covid</a>
73	SP	Itapevi	55,21	240961	13246853,57	256	<a href="https://transparenciacovid.itapevi.sp.gov.br/">https://transparenciacovid.itapevi.sp.gov.br/</a>
74	SP	Itaquaquecetuba	60,42	375011	7849428,69	345	<a href="https://transparencia.itaquaquecetuba.sp.gov.br/">https://transparencia.itaquaquecetuba.sp.gov.br/</a>
75	SP	Itu	35,42	175568	8523019,45	130	<a href="https://transparencia.itu.sp.gov.br/login.aspx">https://transparencia.itu.sp.gov.br/login.aspx</a>
76	PE	Jaboatão dos Guararapes	34,38	706867	14539334,76	941	<a href="https://portaldatransparencia.jaboatao.pe.gov.br/">https://portaldatransparencia.jaboatao.pe.gov.br/</a>
77	SP	Jacareí	55,21	235416	13827278,85	175	<a href="https://siap.jacarei.sp.gov.br/portal-transparencia/">https://siap.jacarei.sp.gov.br/portal-transparencia/</a>
78	SC	Jaraguá do Sul	69,79	181173	9790004,61	94	<a href="https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/compras-covid-19">https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/compras-covid-19</a>

79	PB	João Pessoa	90,63	817511	21805969,09	1181	<a href="https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/">https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/</a>
80	SC	Joinville	47,92	597658	33504057,72	495	<a href="https://transparencia.joinville.sc.gov.br/?p=99">https://transparencia.joinville.sc.gov.br/?p=99</a>
<b>Nº</b>	<b>UF</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ITAC</b>	<b>POP</b>	<b>PIB + IPCA</b>	<b>ÓBITOS</b>	<b>ENDEREÇO DO SÍTIO</b>
81	BA	Juazeiro	4,17	218162	4457017,11	134	<a href="https://www6.juazeiro.ba.gov.br/">https://www6.juazeiro.ba.gov.br/</a>
82	CE	Juazeiro do Norte	15,63	276264	5245667,12	319	<a href="https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/covid-19/">https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/covid-19/</a>
83	MG	Juiz de Fora	35,42	573285	18417348,68	497	<a href="https://www.pjf.mg.gov.br/transparencia/">https://www.pjf.mg.gov.br/transparencia/</a>
84	SP	Jundiaí	55,21	423006	47485674,77	485	<a href="https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/coronavirus/">https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/coronavirus/</a>
85	BA	Lauro de Freitas	34,38	201635	7019349,66	138	<a href="http://transparencia.laurodefreitas.ba.gov.br/">http://transparencia.laurodefreitas.ba.gov.br/</a>
86	SP	Limeira	9,38	308482	14356880,59	289	<a href="https://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/">https://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/</a>
87	ES	Linhares	77,08	176688	6626179,55	174	<a href="https://linhares-es.portaltp.com.br/">https://linhares-es.portaltp.com.br/</a>
88	PR	Londrina	63,54	575377	21716108,77	405	<a href="https://www.londrina.pr.gov.br/">https://www.londrina.pr.gov.br/</a>
89	GO	Luziânia	12,50	211508	3894029,45	143	<a href="https://www.luziania.go.gov.br/financiamento/">https://www.luziania.go.gov.br/financiamento/</a>
90	RJ	Macaé	43,75	261501	16765938,02	231	<a href="http://www.macaee.rj.gov.br/">http://www.macaee.rj.gov.br/</a>
91	AP	Macapá	89,58	512902	11916502,92	680	<a href="https://macapa.ap.gov.br/coronavirus/">https://macapa.ap.gov.br/coronavirus/</a>
92	AL	Maceió	55,21	1025360	24378260,54	1091	<a href="http://www.transparencia.maceio.al.gov.br/">http://www.transparencia.maceio.al.gov.br/</a>
93	RJ	Magé	7,29	246433	4223350,74	288	<a href="https://mage.rj.gov.br/transparencia-coronavirus/">https://mage.rj.gov.br/transparencia-coronavirus/</a>
94	AM	Manaus	83,33	2219580	85096703,24	3380	<a href="https://covid19.manaus.am.gov.br">https://covid19.manaus.am.gov.br</a>
95	PA	Marabá	51,04	283542	9556143,97	230	<a href="http://www.governotransparente.com.br/4466490">http://www.governotransparente.com.br/4466490</a>
96	CE	Maracanaú	34,38	229458	11379571,43	263	<a href="https://www.governotransparente.com.br/1320490">https://www.governotransparente.com.br/1320490</a>
97	RJ	Maricá	45,83	164504	29365009,73	179	<a href="http://ecidadeonline.marica.rj.gov.br/">http://ecidadeonline.marica.rj.gov.br/</a>
98	SP	Marília	29,17	240590	8795973,32	105	<a href="https://transparencia.marilia.sp.gov.br/index.php/">https://transparencia.marilia.sp.gov.br/index.php/</a>
99	PR	Maringá	51,04	430157	20169438,55	320	<a href="http://www2.maringa.pr.gov.br/site/">http://www2.maringa.pr.gov.br/site/</a>
100	SP	Mauá	71,88	477552	16637367,66	465	<a href="https://www.maua.sp.gov.br/portalttransparencia/">https://www.maua.sp.gov.br/portalttransparencia/</a>
101	RJ	Mesquita	59,38	176569	2461701,06	218	<a href="https://transparencia.mesquita.rj.gov.br/">https://transparencia.mesquita.rj.gov.br/</a>
102	SP	Mogi das Cruzes	45,83	450785	16745127,20	547	<a href="http://www.transparencia.pmmc.com.br/covid-19">http://www.transparencia.pmmc.com.br/covid-19</a>
103	MG	Montes Claros	19,79	413487	10275205,47	223	<a href="https://transparencia.montesclaros.mg.gov.br/">https://transparencia.montesclaros.mg.gov.br/</a>
104	RN	Mossoró	34,38	300618	7100159,42	261	<a href="http://187.19.199.132/transparencia/covid19.aspx">http://187.19.199.132/transparencia/covid19.aspx</a>
105	RN	Natal	69,79	890480	25905537,06	1205	<a href="https://coronavirus.natal.rn.gov.br/transparencia/">https://coronavirus.natal.rn.gov.br/transparencia/</a>

106	RJ	Nilópolis	7,29	162693	3049998,07	258	<a href="https://pmmnilopolis.geosiap.net.br/">https://pmmnilopolis.geosiap.net.br/</a>
107	RJ	Niterói	42,71	515317	43920173,69	690	<a href="https://transparencia.niteroi.rj.gov.br/#/">https://transparencia.niteroi.rj.gov.br/#/</a>
<b>Nº</b>	<b>UF</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ITAC</b>	<b>POP</b>	<b>PIB + IPCA</b>	<b>ÓBITOS</b>	<b>ENDEREÇO DO SITIO</b>
108	SE	Nossa Senhora do Socorro	45,83	185706	2783342,29	221	<a href="https://socorro.se.gov.br/covid-19/">https://socorro.se.gov.br/covid-19/</a>
109	RJ	Nova Friburgo	23,96	191158	5675541,61	207	<a href="http://novafriburgo-rj.portaltp.com.br/consultas/">http://novafriburgo-rj.portaltp.com.br/consultas/</a>
110	RJ	Nova Iguaçu	46,88	823302	18303685,35	872	<a href="http://novaiguacu.rj.gov.br/portaldatransparencia/">http://novaiguacu.rj.gov.br/portaldatransparencia/</a>
111	RS	Novo Hamburgo	40,63	247032	10234856,05	299	<a href="https://novohamburgo.atende.net/?pg=transparencia#!/">https://novohamburgo.atende.net/?pg=transparencia#!/</a>
112	PE	Olinda	38,54	393115	6022517,76	570	<a href="https://www.olinda.pe.gov.br/">https://www.olinda.pe.gov.br/</a>
113	SP	Osasco	51,04	699944	83373625,14	971	<a href="http://transparencia.osasco.sp.gov.br/">http://transparencia.osasco.sp.gov.br/</a>
114	SC	Palhoça	44,79	175272	5974414,12	106	<a href="https://palhoca.atende.net/subportal/1">https://palhoca.atende.net/subportal/1</a>
115	TO	Palmas	64,58	306296	10257371,10	217	<a href="http://prodata.palmas.to.gov.br:8080/">http://prodata.palmas.to.gov.br:8080/</a>
116	PA	Parauapebas	51,04	213576	17407848,67	202	<a href="http://www.governotransparente.com.br/4507490">http://www.governotransparente.com.br/4507490</a>
117	RS	Passo Fundo	36,46	204722	9953063,44	222	<a href="http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?t=11&amp;p=1017">http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?t=11&amp;p=1017</a>
118	PE	Paulista	19,79	334376	4560077,69	438	<a href="http://transparencia.paulista.pe.gov.br/">http://transparencia.paulista.pe.gov.br/</a>
119	RS	Pelotas	23,96	343132	9624203,13	265	<a href="http://transparencia.pelotas.com.br/">http://transparencia.pelotas.com.br/</a>
120	PE	Petrolina	5,21	354317	7277090,26	131	<a href="https://petrolina-pe.portaltp.com.br/">https://petrolina-pe.portaltp.com.br/</a>
121	RJ	Petrópolis	46,88	306678	13791631,16	326	<a href="https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/">https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/</a>
122	SP	Pindamonhangaba	63,54	170132	9377817,91	62	<a href="https://www.pindamonhangaba.sp.gov.br/coronavirus">https://www.pindamonhangaba.sp.gov.br/coronavirus</a>
123	SP	Piracicaba	18,75	407252	28754052,61	416	<a href="https://transparencia.piracicaba.sp.gov.br/despesas/">https://transparencia.piracicaba.sp.gov.br/despesas/</a>
124	MG	Poços de Caldas	55,21	168641	8320928,98	81	<a href="https://pocosdecaldas.mg.gov.br/transparencia/">https://pocosdecaldas.mg.gov.br/transparencia/</a>
125	PR	Ponta Grossa	6,25	355336	16383292,44	194	<a href="https://www.pontagrossa.pr.gov.br/transparencia">https://www.pontagrossa.pr.gov.br/transparencia</a>
126	RS	Porto Alegre	69,79	1488252	83945599,52	1857	<a href="https://prefeitura.poa.br/coronavirus">https://prefeitura.poa.br/coronavirus</a>
127	RO	Porto Velho	92,71	539354	18117101,61	940	<a href="https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/covid19">https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/covid19</a>
128	SP	Praia Grande	55,21	330845	7663611,06	313	<a href="https://leideacesso.etransparencia.com.br/praiagrande">https://leideacesso.etransparencia.com.br/praiagrande</a>
129	SP	Presidente Prudente	28,13	230371	8700457,02	197	<a href="http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/transparencia">http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/transparencia</a>
130	PE	Recife	83,33	1653461	57028538,63	2695	<a href="http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/geral/">http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/geral/</a>
131	MG	Ribeirão das Neves	7,29	338197	4464594,64	172	<a href="https://www.ribeiraodasneves.mg.gov.br/">https://www.ribeiraodasneves.mg.gov.br/</a>
132	SP	Ribeirão Preto	17,71	711825	37358665,96	953	<a href="https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/">https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/</a>

133	AC	Rio Branco	83,33	413418	9730297,87	501	<a href="http://transparencia.riobranco.ac.gov.br/home">http://transparencia.riobranco.ac.gov.br/home</a>
134	SP	Rio Claro	54,17	208008	10665182,79	164	<a href="https://transparencia.rioclaro.sp.gov.br/">https://transparencia.rioclaro.sp.gov.br/</a>
<b>Nº</b>	<b>UF</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ITAC</b>	<b>POP</b>	<b>PIB + IPCA</b>	<b>ÓBITOS</b>	<b>ENDEREÇO DO SÍTIO</b>
135	RJ	Rio de Janeiro	63,54	6747815	396197854,97	14860	<a href="http://www.rio.rj.gov.br/web/contasrio/">http://www.rio.rj.gov.br/web/contasrio/</a>
136	RS	Rio Grande	26,04	211965	11811664,29	172	<a href="https://www.riogrande.rs.gov.br/transparencia-corona/">https://www.riogrande.rs.gov.br/transparencia-corona/</a>
137	GO	Rio Verde	51,04	241518	10450841,16	335	<a href="https://www.rioverde.go.gov.br/coronavirus/">https://www.rioverde.go.gov.br/coronavirus/</a>
138	MT	Rondonópolis	59,38	236042	12214574,23	455	<a href="http://www.rondonopolis.mt.gov.br/">http://www.rondonopolis.mt.gov.br/</a>
139	BA	Salvador	79,17	2886698	69135446,45	3172	<a href="http://antigotransparencia.salvador.ba.gov.br/Modulos/">http://antigotransparencia.salvador.ba.gov.br/Modulos/</a>
140	SP	Santa Bárbara d'Oeste	40,63	194390	6453375,04	225	<a href="http://www.santabarbara.sp.gov.br/covid-19/">http://www.santabarbara.sp.gov.br/covid-19/</a>
141	MG	Santa Luzia	36,46	220444	4337966,88	123	<a href="https://www.santaluzia.mg.gov.br/v2/index.php/saude/">https://www.santaluzia.mg.gov.br/v2/index.php/saude/</a>
142	RS	Santa Maria	61,46	283677	8482183,24	149	<a href="https://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/">https://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/</a>
143	PA	Santarém	39,58	306480	5288018,03	229	<a href="https://transparencia.santarem.pa.gov.br/">https://transparencia.santarem.pa.gov.br/</a>
144	SP	Santo André	45,83	721368	31554916,36	855	<a href="https://www3.santoandre.sp.gov.br/coronavirus/">https://www3.santoandre.sp.gov.br/coronavirus/</a>
145	SP	Santos	55,21	433656	24461693,45	903	<a href="https://www.santos.sp.gov.br">https://www.santos.sp.gov.br</a>
146	SP	São Bernardo do Campo	48,96	844483	55033908,96	1200	<a href="https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/coronavirus">https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/coronavirus</a>
147	SP	São Caetano do Sul	34,38	161957	14627544,72	316	<a href="https://portais.saocaetanodosul.sp.gov.br/">https://portais.saocaetanodosul.sp.gov.br/</a>
148	SP	São Carlos	23,96	254484	12159576,27	75	<a href="https://scarlos.giap.com.br/apex/scarlos/f?p=839:4">https://scarlos.giap.com.br/apex/scarlos/f?p=839:4</a>
149	RJ	São Gonçalo	5,21	1091737	20134960,41	1018	<a href="https://saogoncalo-rj.portaltp.com.br/consultas/">https://saogoncalo-rj.portaltp.com.br/consultas/</a>
150	MA	São José de Ribamar	32,29	179028	2373099,39	123	<a href="http://www.governotransparente.com.br/2386490">http://www.governotransparente.com.br/2386490</a>
151	SP	São José do Rio Preto	38,54	464983	19091486,52	917	<a href="https://www.riopreto.sp.gov.br/coronavirus/">https://www.riopreto.sp.gov.br/coronavirus/</a>
152	SP	São José dos Campos	65,63	729737	43202789,80	545	<a href="https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/saude/covid/">https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/saude/covid/</a>
153	PR	São José dos Pinhais	57,29	329058	26233413,07	273	<a href="http://transparencia.sjp.pr.gov.br/">http://transparencia.sjp.pr.gov.br/</a>
154	RS	São Leopoldo	71,88	238648	9797592,55	207	<a href="https://www.saoleopoldo.rs.gov.br">https://www.saoleopoldo.rs.gov.br</a>
155	MA	São Luís	66,67	1108975	36573193,21	1299	<a href="http://covid19.saoluis.ma.gov.br/">http://covid19.saoluis.ma.gov.br/</a>
156	SP	São Paulo	91,67	12325232	777789903,37	15679	<a href="https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/">https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/</a>
157	SP	São Vicente	51,04	368355	5931288,66	533	<a href="http://online.saovicente.sp.gov.br/portal-transparencia/">http://online.saovicente.sp.gov.br/portal-transparencia/</a>
158	ES	Serra	93,75	527240	25159806,84	651	<a href="http://transparencia.serra.es.gov.br/Covid19.aspx">http://transparencia.serra.es.gov.br/Covid19.aspx</a>
159	MG	Sete Lagoas	15,63	241835	9279345,06	68	<a href="https://transparencia.setelagoas.mg.gov.br/">https://transparencia.setelagoas.mg.gov.br/</a>

160	CE	Sobral	54,17	210711	5196030,47	325	<a href="http://transparencia.sobral.ce.gov.br/index/covid19">http://transparencia.sobral.ce.gov.br/index/covid19</a>
161	SP	Sorocaba	45,83	687357	38107029,53	563	<a href="https://transparencia.sorocaba.sp.gov.br/">https://transparencia.sorocaba.sp.gov.br/</a>
<b>Nº</b>	<b>UF</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ITAC</b>	<b>POP</b>	<b>PIB + IPCA</b>	<b>ÓBITOS</b>	<b>ENDEREÇO DO SÍTIO</b>
162	SP	Sumaré	46,88	286211	15713852,72	248	<a href="https://sumare.atende.net/?pg=transparencia#!/">https://sumare.atende.net/?pg=transparencia#!/</a>
163	SP	Suzano	34,38	300559	12132222,57	288	<a href="https://www.suzano.sp.gov.br/web/transparencia/">https://www.suzano.sp.gov.br/web/transparencia/</a>
164	SP	Taubaté	58,33	317915	18791922,16	203	<a href="https://leideacesso.etransparencia.com.br/">https://leideacesso.etransparencia.com.br/</a>
165	BA	Teixeira de Freitas	51,04	162438	2814149,32	123	<a href="http://teixeiradefreitas-ba.portaltip.com.br/">http://teixeiradefreitas-ba.portaltip.com.br/</a>
166	PI	Teresina	50,00	868075	22812369,67	1215	<a href="http://transparencia.teresina.pi.gov.br/covid19">http://transparencia.teresina.pi.gov.br/covid19</a>
167	RJ	Teresópolis	34,38	184240	5611171,71	261	<a href="https://licitacao.teresopolis.rj.gov.br/corona/">https://licitacao.teresopolis.rj.gov.br/corona/</a>
168	MA	Timon	34,38	170222	2032916,24	170	<a href="http://timon.ma.gov.br/cgm/transparencia/">http://timon.ma.gov.br/cgm/transparencia/</a>
169	MG	Uberaba	39,58	337092	16007378,23	239	<a href="http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/">http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/</a>
170	MG	Uberlândia	54,17	699097	40748989,42	737	<a href="https://www.uberlandia.mg.gov.br/coronavirus/">https://www.uberlandia.mg.gov.br/coronavirus/</a>
171	GO	Valparaíso de Goiás	42,71	172135	2785595,83	140	<a href="https://www.valparaisodegoias.go.gov.br/">https://www.valparaisodegoias.go.gov.br/</a>
172	MT	Várzea Grande	21,88	287526	8689215,25	567	<a href="http://www.varzeagrande.mt.gov.br/">http://www.varzeagrande.mt.gov.br/</a>
173	RS	Viamão	40,63	256302	4074057,61	232	<a href="http://viamao-portais.govcloud.com.br:808">http://viamao-portais.govcloud.com.br:808</a>
174	ES	Vila Velha	66,67	501325	13194689,74	709	<a href="https://www.vilavelha.es.gov.br/coronavirus/">https://www.vilavelha.es.gov.br/coronavirus/</a>
175	ES	Vitória	91,67	365855	28709475,29	595	<a href="https://transparencia.vitoria.es.gov.br/">https://transparencia.vitoria.es.gov.br/</a>
176	BA	Vitória da Conquista	46,88	341128	7656853,94	227	<a href="http://www.pmvc.ba.gov.br/coronavirus/">http://www.pmvc.ba.gov.br/coronavirus/</a>
177	RJ	Volta Redonda	38,54	273988	14980329,19	298	<a href="https://new.voltaredonda.rj.gov.br/coronavirus/">https://new.voltaredonda.rj.gov.br/coronavirus/</a>